



Rede Brasil

INTEGRAÇÃO DOS ODS NA ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

Contribuições do Comitê Brasileiro
do Pacto Global para a Agenda 2030



AGRADECIMENTO AOS
PATROCINADORES



FIEP
SESI
SENAI
IEL

AGRADECIMENTO
ESPECIAL



MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

DA REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL



ANDRÉ OLIVEIRA

Presidente da Rede Brasil do
Pacto Global e Diretor Jurídico
e CCO da Basf América do Sul

Em setembro de 2015, os 193 países membros da Organização das Nações Unidas celebraram o compromisso com a Agenda 2030, que engloba os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas. Trata-se de um ambicioso plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade de todos, a ser alcançado nos próximos treze anos.

Nesse contexto, o engajamento do setor privado é de fundamental importância para acelerar o cumprimento de uma agenda tão ambiciosa, consolidando as empresas, por meio de seus negócios principais, como parte essencial desta engrenagem.

Nós da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas temos a missão de impulsionar a conscientização e o engajamento do setor privado em torno dos ODS. Fruto desta ambição, o presente estudo se desafia a demonstrar os esforços de vinte e uma empresas do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) na busca de contribuir para esta agenda.

Ao identificarmos tendências, desafios e fortalezas na integração dos ODS na estratégia empresarial, esperamos sensibilizar e instrumentalizar outras organizações neste propósito compartilhado.

Esperamos que este estudo inspire a todos.



Rede Brasil

André Oliveira (BASF)
Presidente

Denise Hills (Itaú Unibanco), **Luiz Osório** (CPFL),
Marcia Massotti (Enel) e **Sonia Favaretto** (BM&FBOVESPA)
Vice-presidentes

Beatriz Martins Carneiro
Secretária Executiva

Barbara Dunin
Assessora

Gabriela Almeida
Assistente de Projeto

Luiz Fernando Campos
Assessor de Comunicação

Vanessa Tarantini
Oportunidades de Engajamento

INTEGRAÇÃO DOS ODS NA ESTRATÉGIA EMPRESARIAL **Contribuições do Comitê Brasileiro do Pacto Global** **para a Agenda 2030**

DNV GL

Juliana Scalon
Gerente de Sustentabilidade

Raphael Leite
Gerente de projeto

Igor Fernandez
Analista

Report Sustentabilidade

Estevam Pereira
Sócio Diretor

Paulo Arias
Consultor Senior

Gilberto Longo
Sócio Diretor

Akemi Takenaka
Projeto gráfico e diagramação

Pedro Santana
Diagramação

MENSAGEM DO GRUPO TEMÁTICO ODS

DA REDE BRASIL DO PACTO GLOBAL



DENISE HILLS

Vice-presidente e Coordenadora
do GT ODS da Rede Brasil do
Pacto Global e Superintendente
de Sustentabilidade e Negócios
Inclusivos do Itaú Unibanco

O Estudo "Integração dos ODS na Estratégia Empresarial - Uma Contribuição do Comitê Brasileiro do Pacto Global para a Agenda 2030" foi idealizado pelo Grupo Temático que trabalha os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Rede Brasil do Pacto Global, como uma tentativa de promover esta nova agenda de desenvolvimento no Brasil, buscando o engajamento e a sensibilização de líderes empresariais.

Com o propósito de conhecer os esforços e os desafios das empresas do CBPG frente à implementação do 17 Objetivos, nossa ambição foi identificar a maturidade da amostragem dentro dos 5 passos recomendados pelo SDG Compass - o Guia de Implementação dos ODS para Empresas, lançado em 2015 pelo United Nations Global Compact, World Business Council for Sustainable Development e Global Reporting Initiative.

Dentre as análises aqui apresentadas, fica claro que o setor privado poderá utilizar os ODS como ferramenta de planejamento para interligar sua estratégia empresarial às prioridades de atuações globais e entender os principais fatores

de sucesso da implementação: importância das parcerias, coalização entre setores para acelerar transformações, engajamento da alta liderança, estratégias de longo prazo e desenvolvimento de tecnologias que poderão viabilizar modelos de negócios mais sustentáveis. Da mesma forma, fica nítido o desafio de ir além: fazer negócios de forma diferente, focando em objetivos e metas que extrapolem o core das empresas, mas que estejam conectados com seu propósito e engajados à agenda 2030.

Mais do que uma inspiração para o Estudo, o SDG Compass tem sido um instrumento vital de capacitação de empresas e organizações de qualquer porte, provendo uma reflexão prática sobre a implementação dos ODS nos negócios. Buscando disseminar a ferramenta e capacitar a Rede Brasil do Pacto Global frente a este novo contexto, o GT ODS promoveu em 2016 Workshops do SDG Compass em quatro estados brasileiros.

Como Coordenadora do Grupo Temático agradeço o time da Enel, que incentivou os workshops no grupo, sendo a pioneira em sediar o encontro em Niterói; e aos times da GRI, CEBDS e Vale, que junto ao Itaú Unibanco acreditaram na iniciativa e têm participação essencial no trabalho que vem sendo desenvolvido. Agradeço também a minha equipe no Itaú Unibanco, que apostou na ideia de estarmos juntos coordenando o primeiro ano do GT ODS, bem como a todos os membros do grupo pela confiança depositada.

Finalmente, agradeço as 21 empresas participantes deste estudo e desejo a todos uma boa leitura.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO
09

RESULTADOS
16

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS ODS
18

DEFININDO PRIORIDADES
34

CONCLUSÕES
52

ANEXO 1 – OBJETIVOS E METAS
61

ANEXO 2 – REFERÊNCIAS
79

INTRODUÇÃO



O PACTO GLOBAL E O CBPG

O Pacto Global das Nações Unidas foi lançado em 2000, pelo então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan. Hoje ele é considerado a maior iniciativa voluntária de cidadania corporativa do mundo, com mais de 12 mil signatários, entre empresas e organizações. A Rede Brasil do Pacto Global foi fundada em 2003 e, hoje, conta com mais de 700 signatários. Quarta maior rede local e a maior das Américas, atua no Brasil em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e está sob a gestão do Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG).

O CBPG é um grupo voluntário que busca promover a adoção e incorporação dos 10 Princípios do Pacto Global e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na gestão de empresas e organizações que operam no Brasil, como forma de fortalecer o movimento

de sustentabilidade corporativa no país. O CBPG entende que os Dez Princípios constituem os padrões mínimos de políticas e práticas de sustentabilidade corporativa para o país.

O CBPG reúne empresas, agências do sistema das Nações Unidas no Brasil, entidades empresariais, organizações da sociedade civil e instituições de ensino. Atualmente, as iniciativas do CBPG são realizadas por meio de seis grupos temáticos – Água, Alimentos e Agricultura, Anticorrupção, Direitos Humanos, Energia e Clima, e o GT ODS, responsável pelo desenvolvimento do presente estudo.

Participam do CBPG 39 organizações e sua atual diretoria é composta por BASF (presidência), BM&FBOVESPA, CPFL Energia, Enel e Itaú Unibanco.

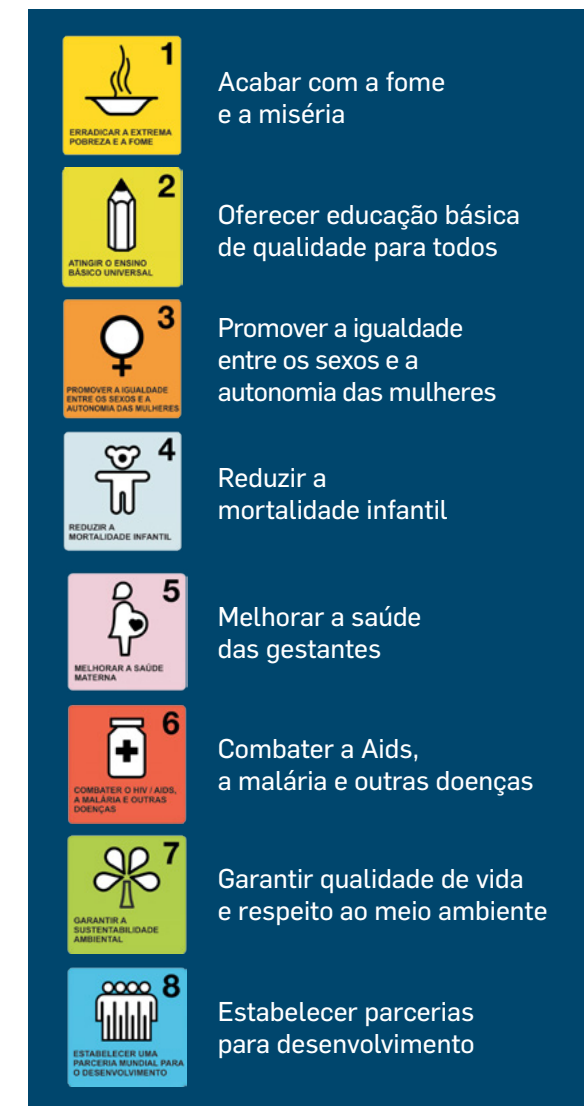
DOS ODM PARA OS ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos pela ONU em 2000, com o intuito de promover uma abordagem global e uma estratégia coordenada até 2015, focando o alcance metas relacionadas à promoção da dignidade humana o combate à pobreza, fome, doenças, analfabetismo, degradação ambiental e discriminação contra as mulheres.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (25-27 de setembro de 2015), os líderes de governos e de Estado de 193 países adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual contém um conjunto de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os ODS foram construídos a partir dos resultados da Rio+20 e levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), oito metas de combate à pobreza que o mundo se comprometeu em atingir até 2015. Buscando obter avanços nas metas dos ODM



não alcançadas, os ODS buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos. Os ODS são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Como principal cana ONU com o setor privado, o United Nations Global Compact tem a missão de engajar as empresas com esta nova agenda de desenvolvimento.





Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.



Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade.



Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável.



Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.



Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos.



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição.



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável.



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes.



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável das florestas.



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos.



Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água.



Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva.



Assegurar padrões de consumo e produção sustentável.



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável.



OBJETIVOS GLOBAIS
para o Desenvolvimento Sustentável



Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima.



Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global.

Saiba mais sobre os ODS em <http://agenda2030.com.br/>

PESQUISA

Motivação

O Comitê Brasileiro do Pacto Global (CBPG) considera esta pesquisa uma importante contribuição para a disseminação dos ODS no Brasil e, conseqüentemente, para o engajamento empresarial com esta agenda. Ao fornecer informações e conhecimento às empresas e gestores, mostra um mapa do caminho para que o setor privado direcione seus esforços em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O trabalho também tem como objetivos:

- Mostrar um retrato dos esforços empresariais de 21 empresas do CBPG, na busca de contribuir com o atingimento dos ODS;
- Estimular o diálogo e a cooperação entre os membros da Rede Brasil do Pacto Global;
- Servir de benchmarking que possa ser utilizado como referência no Brasil e também em outros países em desenvolvimento;
- Contribuir para o planejamento e a gestão dos próximos passos do CBPG e da Rede Brasil do Pacto Global.

Metodologia

Os trabalhos foram conduzidos sob a liderança do GT ODS da Rede Brasil Pacto Global e realizados pelas equipes da DNV GL e da Report Sustentabilidade.

Iniciado em agosto de 2016 e concluído em fevereiro de 2017, o estudo compreendeu etapas de levantamento de informações, validação dos dados, análise das respostas e publicação dos resultados.

A primeira etapa consistiu em um levantamento de informações públicas das empresas participantes, utilizando-se como fontes, principalmente, relatórios anuais, relatórios de sustentabilidade e sites institucionais. O objetivo foi avaliar como as empresas se posicionam publicamente sobre os ODS.

Na segunda etapa, tais informações, acrescidas de um questionário detalhado, foram enviadas para complemento e validação das 21 empresas pesquisadas.

O questionário da pesquisa foi construído a partir dos seguintes documentos:

- SDG Compass – Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia de negócios (GRI, UN Global Compact, WBCSD).
- Questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA, Dimensão Geral.
- Make it your business: Engaging with the Sustainable Development Goals (PwC).
- Benchmarking do Investimento Social Corporativo - BISC (Comunitas).

A terceira etapa se concentrou na verificação e na análise das repostas, tarefas realizadas pelos especialistas da DNV GL e da Report Sustentabilidade.

Na quarta e última etapa, os resultados das análises foram compilados nesta publicação. O trabalho também apresenta como produto análises específicas das 21 empresas. Esses relatórios individuais não terão divulgação pública.

SDG COMPASS

GUIA DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NA ESTRATÉGIA DOS NEGÓCIOS

O Guia de Implementação dos ODS na Estratégia dos Negócios tem o papel de inspirar e convocar as empresas a contribuir para o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A proposta é explicar como os ODS afetam e são afetados pelos negócios, além de oferecer ferramentas e conhecimento para orientar as empresas a alinhar suas estratégias e mensurar sua contribuição para esta agenda.

A publicação faz parte de um esforço conjunto do United Nations Global Compact, da Global Reporting Initiative (GRI) e do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD). A tradução para o português é assinada pela Rede Brasil do Pacto Global, pela GRI e pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

SÃO CINCO OS PASSOS para guiar nessa jornada que reúne governos, empresas e sociedade civil e que almeja acabar com a pobreza e criar uma vida com dignidade e oportunidades para todos.



Acesse o Guia completo em português e na [versão original](#).



AS EMPRESAS PARTICIPANTES

Conheça as 21 empresas do Comitê Brasileiro do Pacto Global presentes na pesquisa:



As 21 empresas participantes têm em comum o fato de atuarem ativamente nas discussões promovidas pelo Comitê Brasileiro do Pacto Global e por participarem em índices de sustentabilidade e em outras iniciativas que avaliam a estratégia e a gestão à luz da sustentabilidade.

Das 21 empresas, 6 fazem parte da carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), oito estão relacionadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA e nove foram reconhecidas pelo Guia Exame de Sustentabilidade e dezenove publicam relatórios de sustentabilidade de acordo com as diretrizes da GRI. No caso dos índices de sustentabilidade,

deve-se levar em consideração que nem todas as empresas participantes tem capital aberto.

As empresas atuam em 11 setores da economia, entretanto, os únicos que possuíram representatividade significativa para ganharem um recorte no estudo são o de **Energia** (5 participantes – CPFL, Copel, EDP, Enel e Itaipu) e o **Bancário** (4 participantes – Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica e Itaú Unibanco). A análise a seguir apresenta os resultados agregados da amostra total e dos dois setores, separadamente.

RE SUL TADOS

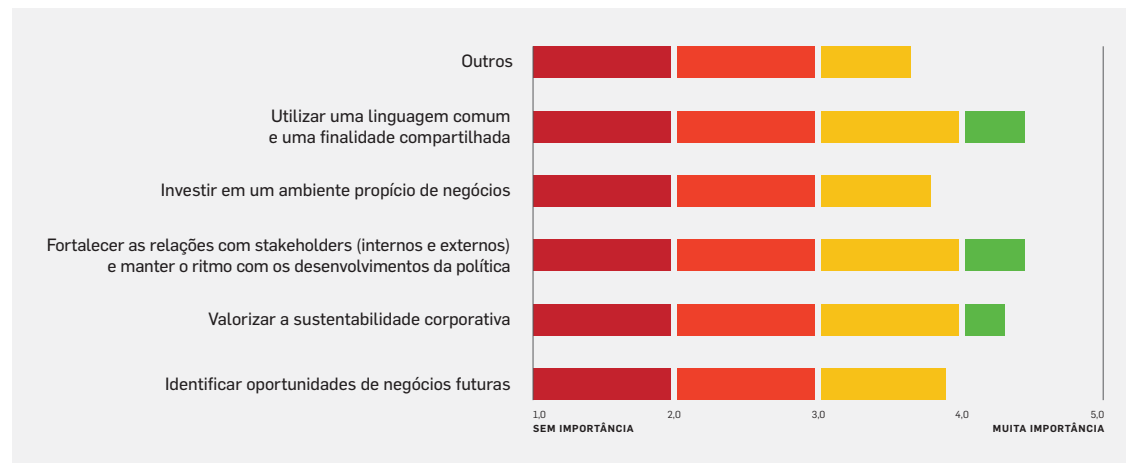




Contextualização dos ODS

Linguagem comum e propósito compartilhado

Qual a motivação de sua organização ao trabalhar com os ODS?



Dialogar com os stakeholders

Fortalecer as relações com os stakeholders por meio de uma linguagem comum para valorizar a sustentabilidade corporativa. Dessa maneira pode ser traduzida a motivação para trabalhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das empresas participantes da pesquisa.

Trata-se de um alinhamento claro com a proposta dos ODS de buscar uma comunicação comum trazendo soluções compartilhadas por governos, empresas e sociedade para o enfrentamento dos desafios globais.

No caso das empresas que ainda não se comprometeram firmemente com os ODS, o resultado serve como argumento para os gestores advogarem a causa dentro das suas organizações. Ao dialogar por meio de uma linguagem comum, a empresa pode fortalecer

sua reputação frente aos stakeholders e criar oportunidades de negócio. Trata-se, portanto, de um diferencial competitivo.

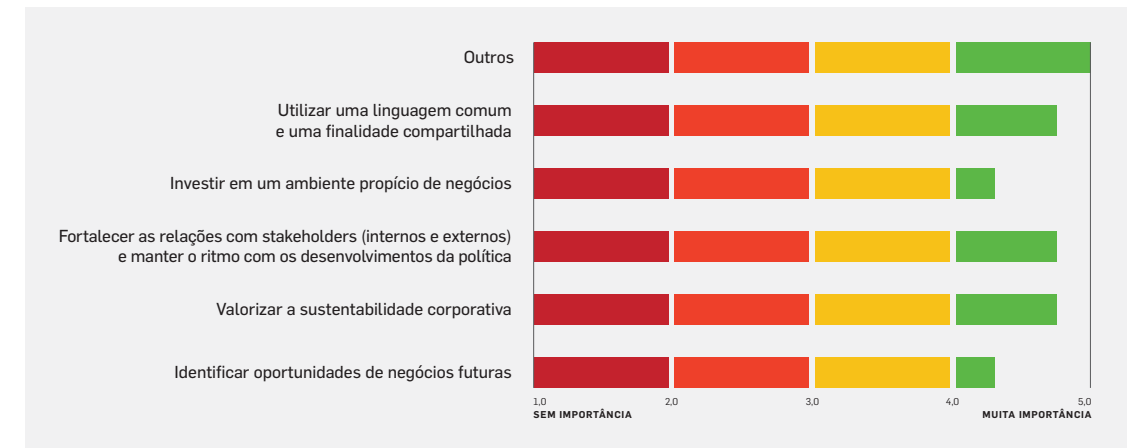
Oportunidades de negócios

Note-se que a abordagem das ODS sob a perspectiva de geração de valor econômico, aparece no segundo bloco de motivações. O Pacto Global acredita que encarar os ODS como oportunidades de negócio contribui para a inovação em produtos e serviços e a abertura de novos mercados.

Se os stakeholders estão no centro das motivações das empresas pesquisadas, também importante é a visão de negócios do setor privado. O resultado revela o entendimento das empresas de que o caminho para os ODS passa pela geração de valor econômico, com inovação em produtos e serviços e abertura de novos mercados.

BANCOS

Os resultados da análise setorial mostram que os bancos se alinham ao universo de empresas participantes do levantamento, porém conferiram um nível de importância maior aos motivos para de trabalhar com os ODS. As motivações ligadas aos negócios ficam num segundo plano.



ENERGIA

Os resultados se assemelham aos das demais empresas pesquisadas. Assim como o setor de bancos, outros motivos ganham destaque, mas as motivações para se valer dos ODS no desenvolvimento de negócios não estão priorizadas.



ODS como referência

A perspectiva dos ODS foi considerada como referência para a estruturação ou revisão das estratégia e gestão dos negócios da organização?



50% Sim, foram considerados como referência

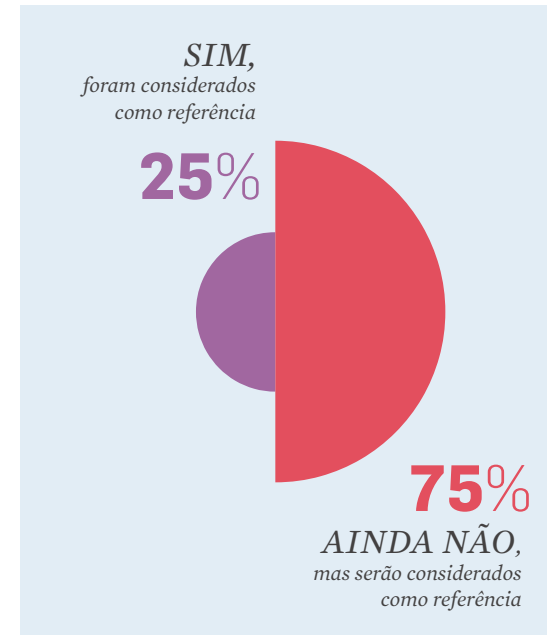
30% Não, mas foram consideradas agendas globais de sustentabilidade, como, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

20% Ainda não, mas serão considerados como referência

Metade das empresas pesquisadas já considera os ODS como referência em suas atividades cotidianas para a condução dos negócios, seja na gestão, seja na estratégia. E outros 20% declaram que usarão os ODS no futuro. Trata-se de um avanço considerável dado o fato de os ODS terem sido lançados há pouco mais de um ano (setembro de 2015). O restante das empresas pesquisadas (30%) faz referência a outras iniciativas globais como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), dos quais os ODS representam uma espécie de continuidade.

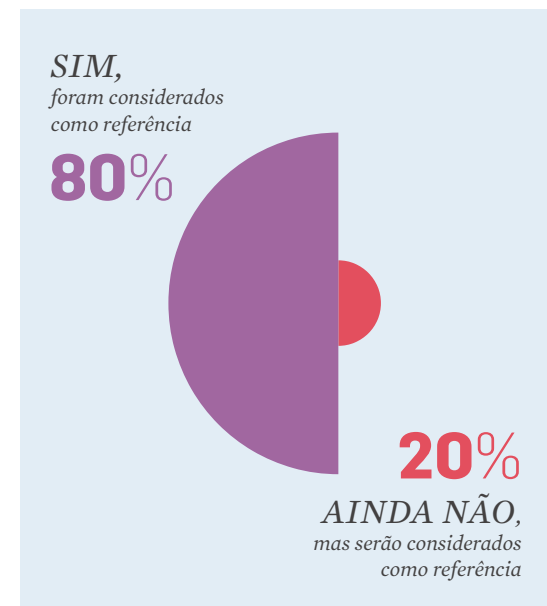
BANCOS

A maioria dos bancos analisados (3) pretende considerar os ODS como referência nos seus negócios, enquanto um deles já percorreu esse caminho.



ENERGIA

O setor se mostra avançado ao utilizar os ODS como referência para a estratégia e a gestão dos negócios. Para a maioria (4), os ODS já estão incorporados e, para o restante, eles ainda serão (1).



O Investimento social privado

A perspectiva dos ODS foi considerada como referência para estruturação ou revisão da estratégia e gestão dos negócios do instituto?



20% Sim, foram considerados como referência

20% Não, mas foram consideradas agendas globais de sustentabilidade, como, por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

60% Ainda não, mas serão considerados como referência

Se no passado os institutos e fundações das empresas foram os precursores das agendas socioambientais, hoje se encontram atrasados em relação às suas companhias. Apenas 20% já incorpora o referencial dos ODS, embora 60% diga que considerará os ODS no futuro.

Por outro lado, o Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC) 2016, levantamento feito com 325 organizações entre empresas, institutos e fundações, mostra que o Investimento Social Privado (ISP) tem sido adaptado à

conjuntura econômica e direcionado às novas exigências do mundo dos negócios. A perspectiva é que as companhias cada vez mais alinhem os seus investimentos socioambientais aos ODS.

Com o apoio do CBPG, o BISC 2016 procurou mapear a conexão entre o Investimento Social Privado e a Agenda 2030. Talvez o achado mais importante nessa perspectiva seja que a maioria das empresas está disposta a explorar essa correlação.

BANCOS

O investimento social dos bancos ainda não se alinhou aos ODS. Parece natural que o primeiro passo seja dado pelas instituições bancárias antes de ser replicado para seus institutos e suas fundações. 100% responderam que os ODS serão considerados como referência no futuro.

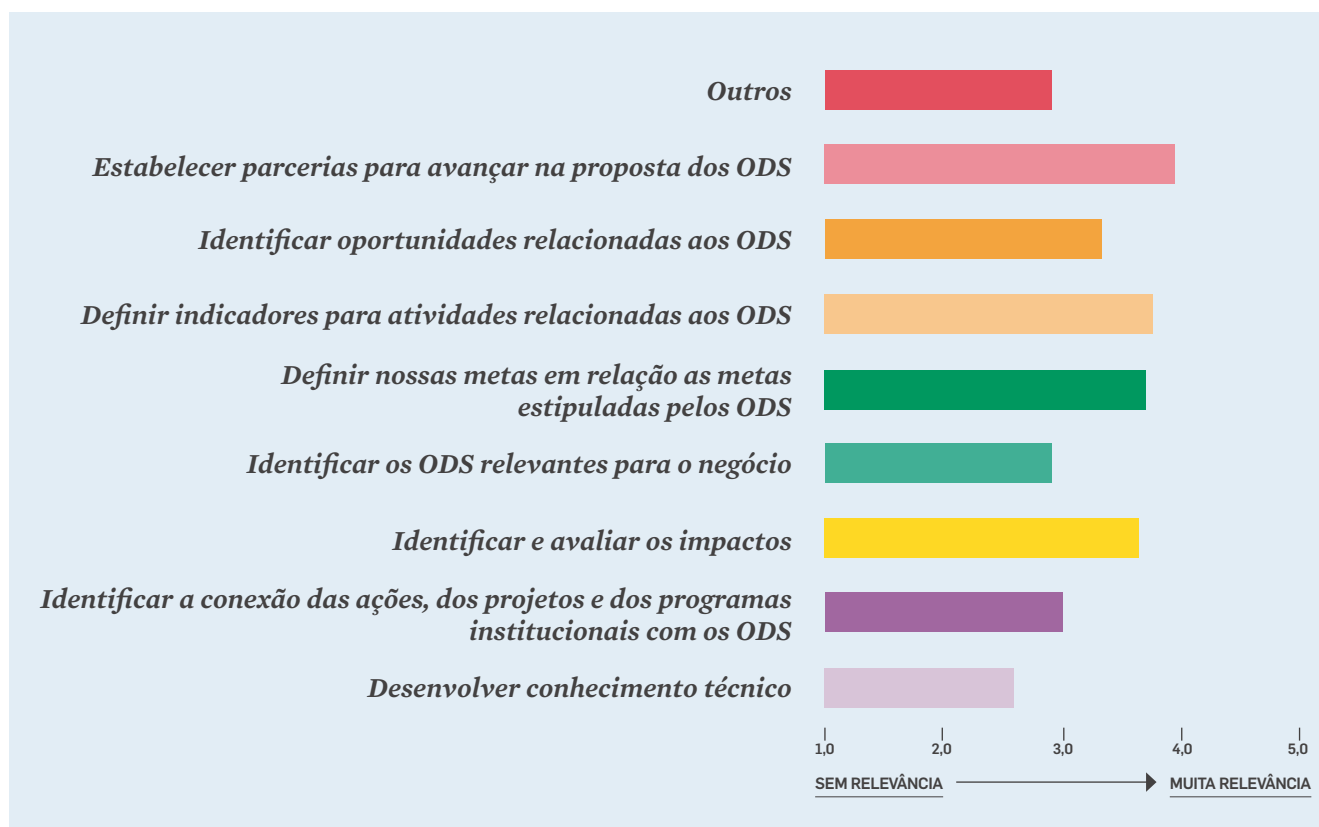
ENERGIA

O setor se mostra avançado ao utilizar os ODS como referência para a estratégia e a gestão dos negócios. Para a maioria (4), os ODS já estão incorporados e, para o restante, eles ainda serão (1).



Em busca de parcerias

Que desafios sua empresa enfrenta em relação à integração dos ODS na estratégia?



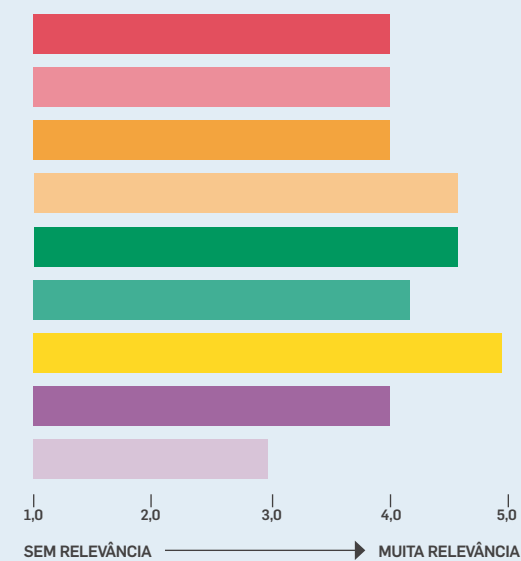
O maior desafio das empresas pesquisadas é "Estabelecer parcerias para avançar na proposta dos ODS". Não por acaso o ODS 17 é transversal e fala de "Parcerias pelas metas – Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável". Tal missão, inclusive, faz parte dos esforços da Rede Brasil do Pacto Global.

Impactos, indicadores e metas

A gestão da sustentabilidade empresarial se inicia com a identificação dos principais impactos do negócio, o que leva à criação de indicadores e ao estabelecimento de metas. Essas três etapas são consideradas igualmente desafiadoras para as empresas. Embora a maioria das organizações pesquisadas adote as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), que propõe princípios e indicadores para o relato empresarial das questões críticas, as empresas pesquisadas mostram que precisam de um referencial para integrar os ODS na estratégia dos negócios. Em

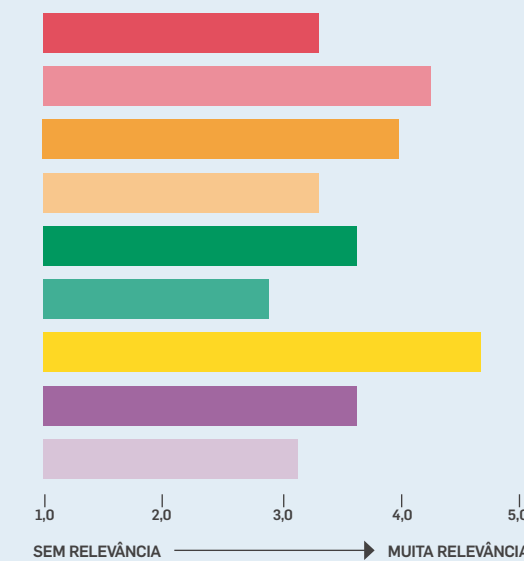
BANCOS

Os bancos encaram a identificação e avaliação dos impactos como o maior desafio, seguido por definir indicadores e estabelecer metas. O resultado parece indicar que o setor está determinado a fazer a gestão dos ODS para integrá-los de maneira consistente aos negócios.



ENERGIA

O setor diz que o maior desafio consiste em identificar e avaliar os impactos, seguido pelo de estabelecer parcerias e trabalhar sobre oportunidades.



LEGENDA

- Outros
- Estabelecer parcerias para avançar na proposta dos ODS
- Identificar oportunidades relacionadas aos ODS
- Definir indicadores para atividades relacionadas aos ODS
- Definir nossas metas em relação as metas estipuladas pelos ODS
- Identificar e avaliar os impactos
- Identificar a conexão das ações, dos projetos e dos programas institucionais com os ODS
- Identificar os ODS relevantes para o negócio
- Desenvolver conhecimento técnico

outubro de 2016 o Governo Brasileiro criou a Comissão Nacional dos ODS, com o objetivo de articular, mobilizar e promover o diálogo entre a federação e a sociedade civil. Espera-se que a Comissão possa auxiliar o setor empresarial no direcionamento de metas e indicadores nacionais para a realidade brasileira.

Ao mesmo tempo, as empresas pesquisadas dizem que desenvolver conhecimento técnico tem pouca relevância comparado aos demais desafios. Compreende-se por esta leitura do resultado que o setor privado considera que possui a competência e os recursos humanos e financeiros necessários para adquirir tal conhecimento. Dessa maneira, as empresas estão preparadas para colaborar com os ODS e gerar soluções para a lidar com impactos, indicadores e metas.

Guia SDG Compass

Em que passo da implementação dos ODS, sugerida pelo SDG Compass, sua organização se encontra?

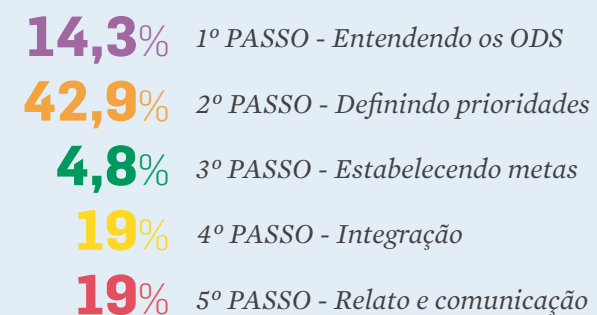
Lançada em novembro de 2015, a publicação "SDG Compass – Diretrizes para implantação dos ODS na estratégia de negócios" propõe um caminho para as empresas trilharem rumo à incorporação dos ODS em suas atividades. A presente pesquisa mapeou em que estágio as empresas se encontram no roteiro do Guia SDG Compass.

Embora existam empresas ainda focadas em entender os ODS (14,3%), a maior parte delas já trabalha na definição de prioridades (42,9%). O fato de os ODS terem sido lançados há pouco mais de um ano pode explicar que mais da metade das companhias pesquisadas (57,2%) ainda esteja nos estágios 1 (Entendendo os ODS) e 2 (Definindo as prioridades). Poucas empresas (4,8%) se encontram no estágio de estabelecimento de metas.

Uma parcela considerável das empresas (19%) se encontra em um estágio avançado, integrando os ODS na sua estratégia e gestão.

Nesse caso, as empresas pesquisadas teriam, em pouco mais de um ano, percorrido todas as etapas do SDG Compass. Embora a presente pesquisa não tenha dados para afirmar, uma hipótese é que as empresas tenham realizado uma primeira abordagem dos ODS correlacionando-os às suas iniciativas e a seus indicadores reportados nos relatórios de sustentabilidade, mesmo sem terem trilhado o caminho proposto pelo SDG Compass.

STATUS ATUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS CONSIDERANDO OS PASSOS DO GUIA COMPASS

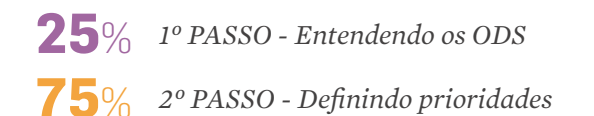


Acesse o Guia completo em português – pactoglobal.com.br/publicacoes e na versão original – sdgcompass.org.

BANCOS

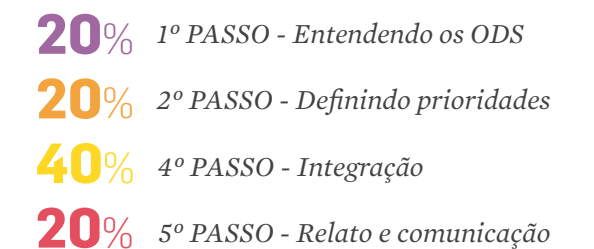
Os bancos praticamente iniciaram os primeiros passos propostos pelo SDG Compass: 25% deles está na etapa 1 e 75% na etapa 2.

Mais uma vez o resultado parece indicar que o setor procura seguir um caminho menos rápido, porém mais consistente na abordagem dos ODS, uma vez que a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um processo robusto e nem sempre imediato de ser percorrido. O fato de estarem nos estágios iniciais, parece indicar que essas empresas estão seguindo o caminho proposto pelo Guia SDG Compass.



ENERGIA

Chama a atenção que 40% das empresas de energia já se encontram no passo 4 (Integração). Isso significaria uma abordagem acelerada dos ODS, tendo, inclusive, já estabelecido metas para as áreas da empresa e os seus profissionais.



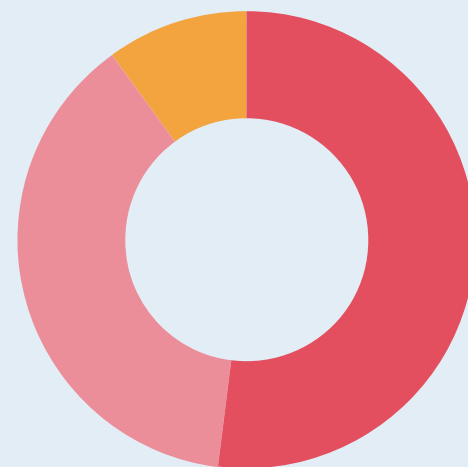
Oportunidade de atuação

A empresa já se comprometeu publicamente com os ODS?

A maioria das empresas declarou ter estabelecido em algum nível de compromisso com os ODS: 52,4% inclui o tema em documentos oficiais e públicos, enquanto 38,1% participa de eventos relacionados ao tema.

Se considerarmos que a pesquisa envolve uma amostra qualificada, uma vez que as empresas pesquisadas têm um relacionamento mais intenso com o Comitê Brasileiro do Pacto Global, surpreende que haja companhias que ainda não selaram um compromisso público. Uma hipótese é que, dada a importância do tema, a adesão deve ser decidida pela alta gestão das corporações, o que leva essa decisão a percorrer todos os trâmites dentro das organizações.

Por outro lado, se 9,5% dessa amostra qualificada ainda não aderiu aos ODS, a adesão deve ser ainda menor entre as demais empresas. Isso se configura em uma grande oportunidade de atuação para o Pacto Global no Brasil.



52,4%

Compromisso público, incluindo o tema em documento oficiais e públicos da empresa

38,1%

Compromisso público através de participação em iniciativas relacionadas ao tema

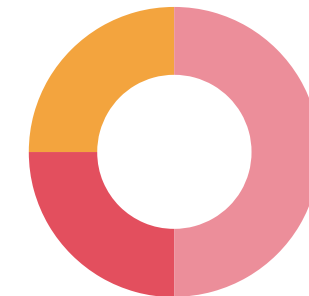
9,5%

Ainda não houve compromisso público

BANCOS

O resultado mostra que o foco dos bancos está nos seus funcionários, o que pode ser natural em um primeiro momento devido ao tamanho destas organizações. Por outro lado, fornecedores e clientes não estão contemplados.

Talvez a comunicação possa ser a ferramenta para que o setor se posicione e melhore a conscientização de seus stakeholders sobre os ODS.



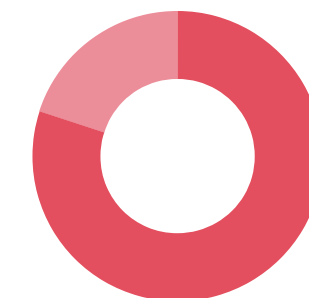
25% Compromisso público, incluindo o tema em documento oficiais e públicos da empresa

50% Compromisso público através de participação em iniciativas relacionadas ao tema

25% Ainda não houve compromisso público

ENERGIA

Além dos funcionários, as empresas de energia já levam a agenda dos ODS para os seus fornecedores, o que é um diferencial em relação ao resultado geral e, em especial, ao setor de bancos.

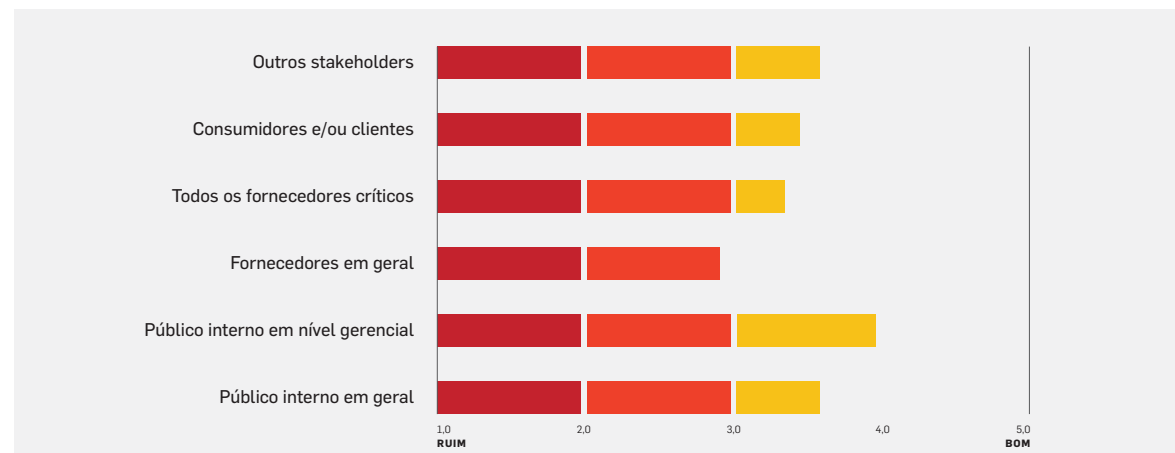


80% Compromisso público, incluindo o tema em documento oficiais e públicos da empresa

20% Compromisso público através de participação em iniciativas relacionadas ao tema

Trabalho a ser feito

Qual o nível de entendimento dos seus stakeholders (internos e externos) a respeito dos ODS da Agenda 2030 da ONU?



Considerando uma escala de pontuação de ruim (1) a bom (5), nenhum dos grupos de stakeholders atingiu a pontuação 4 ou 5, o que mostra uma necessidade de maior comunicação e engajamento aos ODS.

O grupo com maior entendimento sobre os ODS é aquele formado pelo público interno em nível gerencial, seguido pelo público interno em geral. Uma hipótese para esse resultado é que as empresas estariam com um foco inicial em gerar conhecimento interno para, posteriormente, engajar outros públicos.

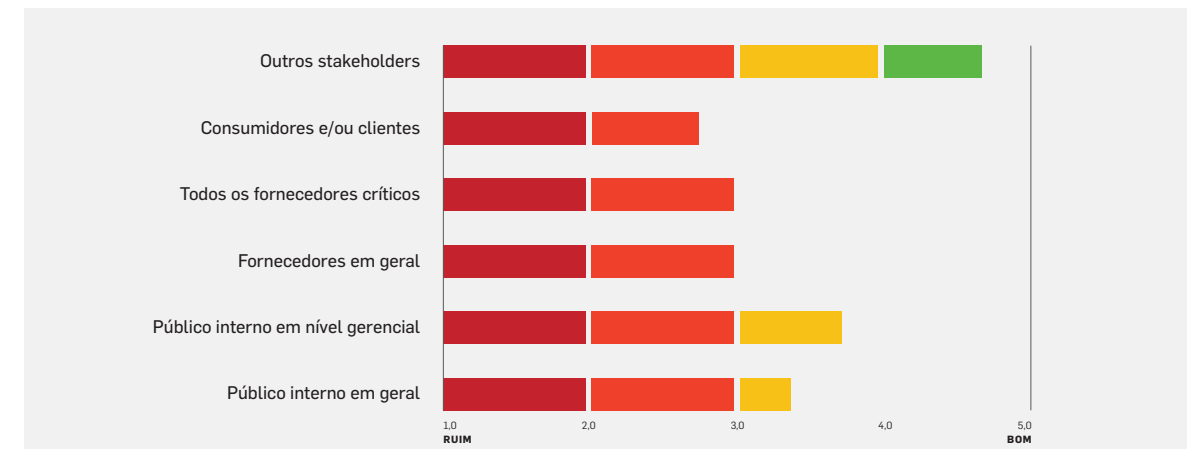
Desde já é observado que fornecedores e fornecedores críticos são públicos a serem trabalhados, uma vez que muito dos avanços almejados pela Agenda 2030 passa pela cadeia de valor das empresas.

Outras pesquisas também apontam a necessidade de as organizações buscarem apoio na aquisição de conhecimento e divulgação da Agenda 2030. Segundo os resultados do Benchmarking de Investimento Social Corporativo 2016, mais de dois terços das 299 empresas pesquisadas utilizam como fonte de referência para sua atuação o Pacto Global da ONU e a Rede Brasil do Pacto Global, entre outras organizações.

BANCOS

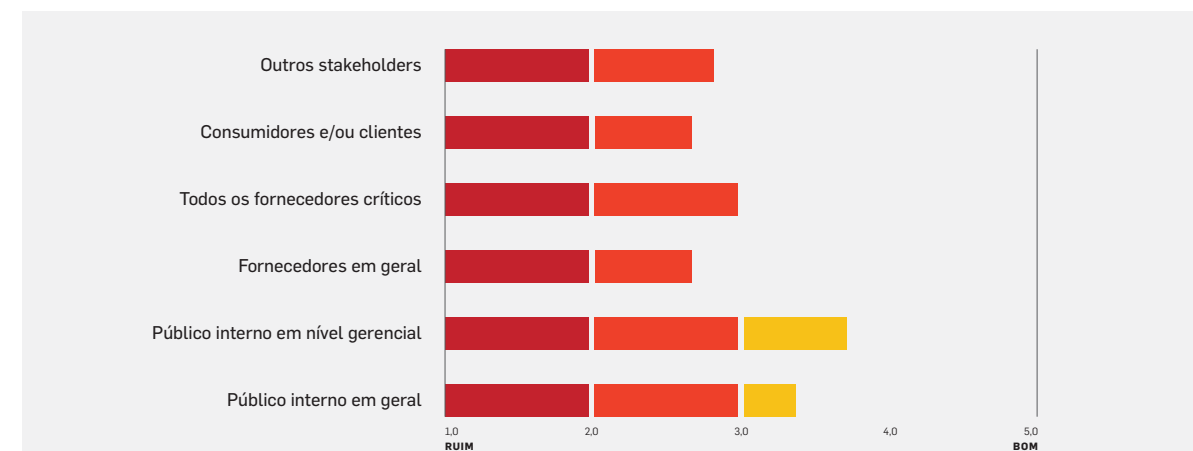
O resultado mostra que o foco dos bancos está nos seus funcionários, o que pode ser natural em um primeiro momento devido ao tamanho destas organizações. Por outro lado, fornecedores e clientes não estão contemplados.

Talvez a comunicação possa ser a ferramenta para que o setor se posicione e melhore a conscientização de seus stakeholders sobre os ODS.



ENERGIA

Além dos funcionários, as empresas de energia já levam a agenda dos ODS para os seus fornecedores, o que é um diferencial em relação ao resultado geral e, em especial, ao setor de bancos.



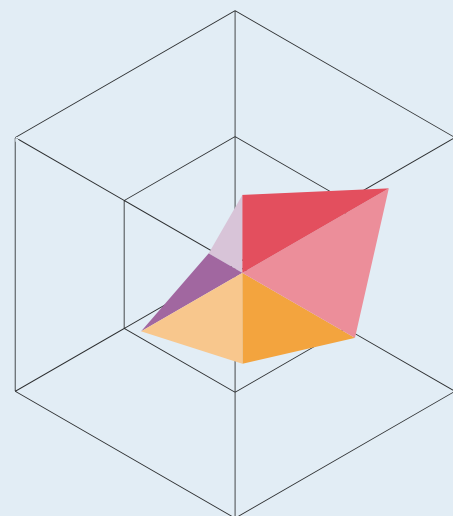
Força na comunicação interna

De que forma o conhecimento sobre ODS está sendo internalizado?

Se o público interno é o stakeholder com maior conhecimento a respeito dos ODS, esse entendimento é adquirido por meio da comunicação interna (67%) e em capacitações (52%).

O conhecimento também é compartilhado com clientes e consumidores (43%) e fornecedores (33%). Vale lembrar que fornecedores são o público com menor entendimento sobre os ODS.

Os resultados mostram uma oportunidade de ação da Rede Brasil do Pacto Global, que tem como uma das missões difundir e engajar as empresas, sendo que comunicação é um dos caminhos.



29% Ainda não foi planejada a internalização desse conhecimento

67% Abordado na comunicação interna (cartilha, mural, email, etc)

52% Junto aos colaboradores, em treinamentos e palestras

33% Na interação e comunicação com fornecedores e terceiros

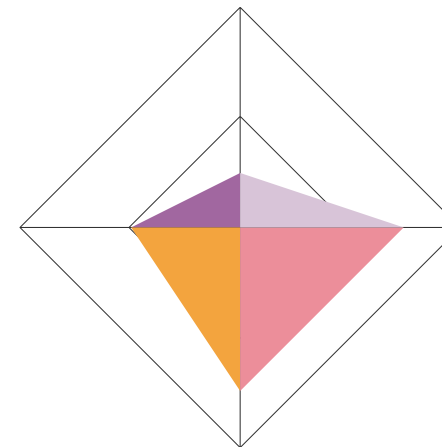
43% Na comunicação externa com clientes e/ou consumidores finais

14% Outras maneiras

BANCOS

O resultado mostra que o foco dos bancos está nos seus funcionários, o que pode ser natural em um primeiro momento devido ao tamanho destas organizações. Por outro lado, fornecedores e clientes não estão contemplados.

Talvez a comunicação possa ser a ferramenta para que o setor se posicione e melhore a conscientização de seus stakeholders sobre os ODS.



25% Ainda não foi planejada a internalização desse conhecimento

75% Abordado na comunicação interna (cartilha, mural, email, etc)

75% Junto aos colaboradores, em treinamentos e palestras

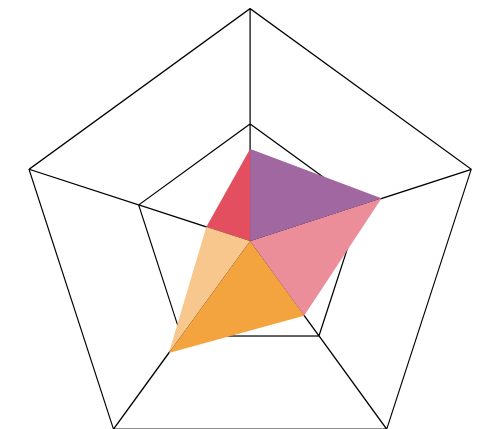
0% Na interação e comunicação com fornecedores e terceiros

0% Na comunicação externa com clientes e/ou consumidores finais

50% Outras maneiras

ENERGIA

Além dos funcionários, as empresas de energia já levam a agenda dos ODS para os seus fornecedores, o que é um diferencial em relação ao resultado geral e, em especial, ao setor de bancos.



40% Ainda não foi planejada a internalização desse conhecimento

60% Abordado na comunicação interna (cartilha, mural, email, etc)

40% Junto aos colaboradores, em treinamentos e palestras

60% Na interação e comunicação com fornecedores e terceiros

20% Na comunicação externa com clientes e/ou consumidores finais

50% Outras maneiras



Definiendo prioridades

Impactos na mira

Todas as empresas pesquisadas planejam avaliar seus impactos negativos e positivos. 38% delas diz que se concentrará apenas nos ODS relevantes, ou seja, as empresas focarão naqueles Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que mais impactam ou podem impactar o negócio.

SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS



- 38%** Planejamos identificar todos os impactos e indicadores relacionados aos ODS relevantes para o negócio
- 29%** Planejamos identificar somente alguns impactos e indicadores relacionados aos ODS relevantes para o negócio
- 19%** Vamos identificar os impactos e indicadores de todos os 17 ODS
- 14%** Temos a intenção de identificar os impactos, mas ainda não o fizemos
- 0%** Não temos a intenção de identificar os impactos relacionados aos ODS

19%

APENAS 19%
DAS EMPRESAS
PESQUISADAS FOCAM
EM TODOS OS 17 ODS.

BANCOS

Os bancos se concentrarão na avaliação dos impactos relevantes, trabalhando com todos os indicadores identificados ou com parte deles.



- 25%** Planejamos identificar todos os impactos e indicadores relacionados aos ODS relevantes para o negócio
- 50%** Planejamos identificar somente alguns impactos e indicadores relacionados aos ODS relevantes para o negócio
- 0%** Vamos identificar os impactos e indicadores de todos os 17 ODS
- 25%** Temos a intenção de identificar os impactos, mas ainda não o fizemos
- 0%** Não temos a intenção de identificar os impactos relacionados aos ODS



ENERGIA

Apenas 20% das empresas do setor de energia se propõe a trabalhar com todos os ODS. A maioria focará apenas nos relevantes.

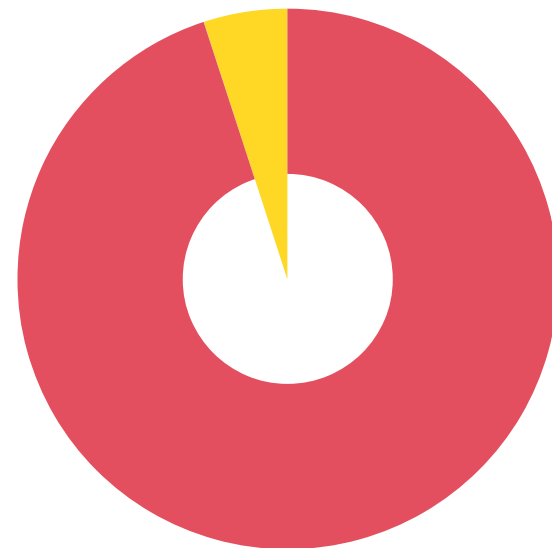
- 60%** Planejamos identificar todos os impactos e indicadores relacionados aos ODS relevantes para o negócio
- 20%** Planejamos identificar somente alguns impactos e indicadores relacionados aos ODS relevantes para o negócio
- 20%** Vamos identificar os impactos e indicadores de todos os 17 ODS
- 0%** Temos a intenção de identificar os impactos, mas ainda não o fizemos
- 0%** Não temos a intenção de identificar os impactos relacionados aos ODS

Trabalho feito

A empresa já identificou os ODS mais relevantes para o seu negócio?

95% Disseram que SIM

5% Disseram que NÃO



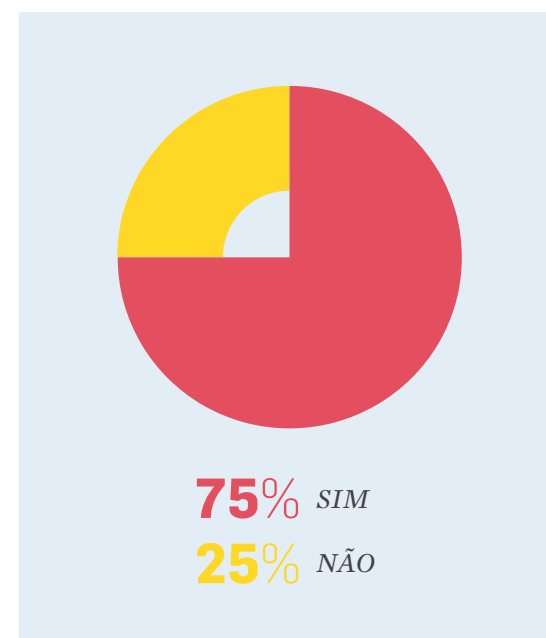
Apenas 1 das 21 empresas pesquisadas ainda não correlacionou os ODS ao negócio, o que comprova que os ODS entraram definitivamente na agenda das corporações, com a ressalva de que se trata de um grupo pertencente ao Comitê Brasileiro do Pacto Global e, portando, com uma exposição mais intensa ao tema.

ENERGIA

Mais uma vez o setor de energia aparece mais avançado que o resultado geral. Desta vez, todas as empresas já identificaram os ODS mais relevantes para o negócio.

BANCOS

Dentre todas as empresas pesquisadas, apenas um banco não identificou os ODS relevantes.

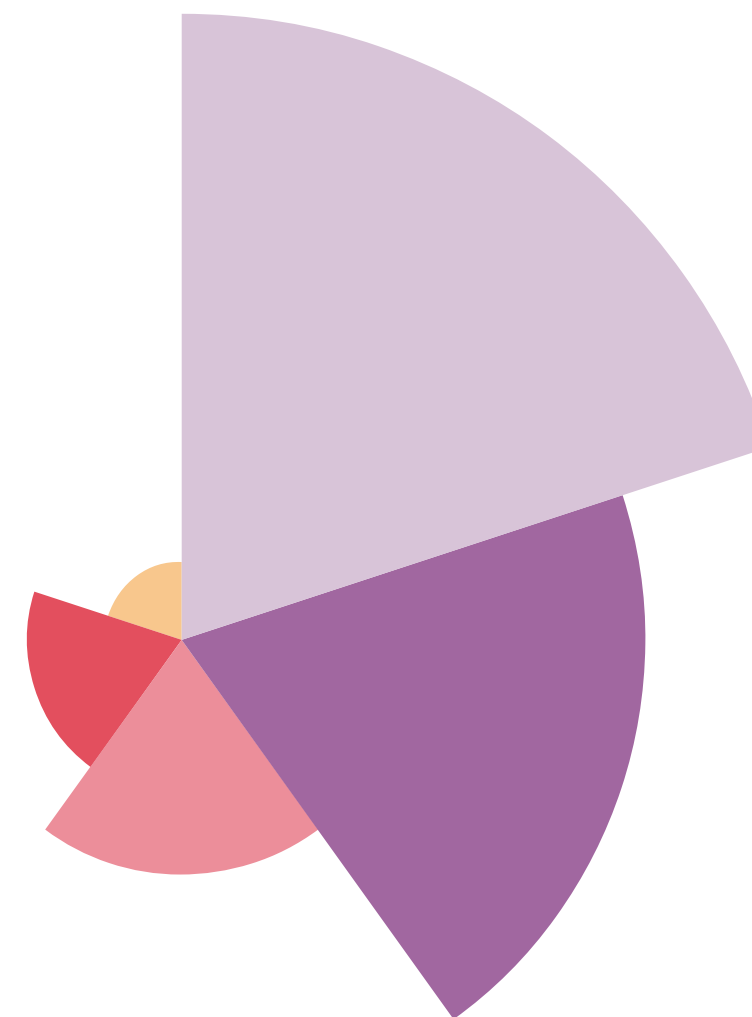


Impacto

Se já identificou os ODS, como a empresa selecionou os mais relevantes?

A maioria das empresas selecionou os ODS pela perspectiva dos impactos (40%). Se considerarmos que o processo de identificação dos temas materiais nada mais é do que a identificação de impactos positivos e negativos, o número sobe para 75%, o que engloba 30% de correlação com o resultado do processo de materialidade, 40% dos maiores impactos identificados e 5% da inserção dos ODS desde o início do processo de materialidade.

Apenas 5% vê os ODS como oportunidades de negócio. Tais empresas saem na frente ao compreenderem que os ODS representam uma excelente chance de alavancar novos negócios.



40% Considerando os ODS que tenham mais impactos associados

30% Correlacionou os temas materiais do processo de materialidade aos ODS

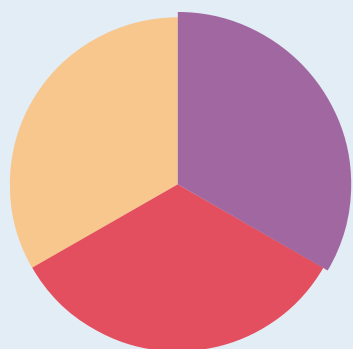
15% Outro método

10% Considerando os ODS que representem maiores oportunidades de negócio

5% Inserindo a perspectiva dos ODS desde o início do processo de materialidade

BANCOS

Os processos de materialidade são a principal ferramenta para a seleção dos ODS relevantes. Se considerarmos que a materialidade é uma identificação de impactos, impactos parecem ser o direcionador dos bancos.



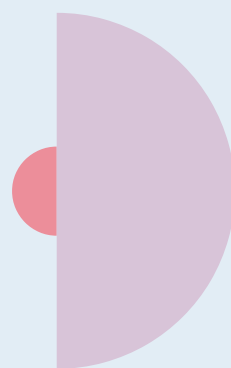
34% Correlacionou os temas materiais do processo de materialidade aos ODS

33% Considerando os ODS que representem maiores oportunidades de negócio

33% Inserindo a perspectiva dos ODS desde o início do processo de materialidade

ENERGIA

A grande maioria das empresas de energia selecionou os ODS pela perspectiva dos impactos associados. A pesquisa não permite discorrer sobre os outros métodos (20%).



80% Considerando os ODS que tenham mais impactos associados

20% Outro método

O QUE É O PROCESSO DE MATERIALIDADE

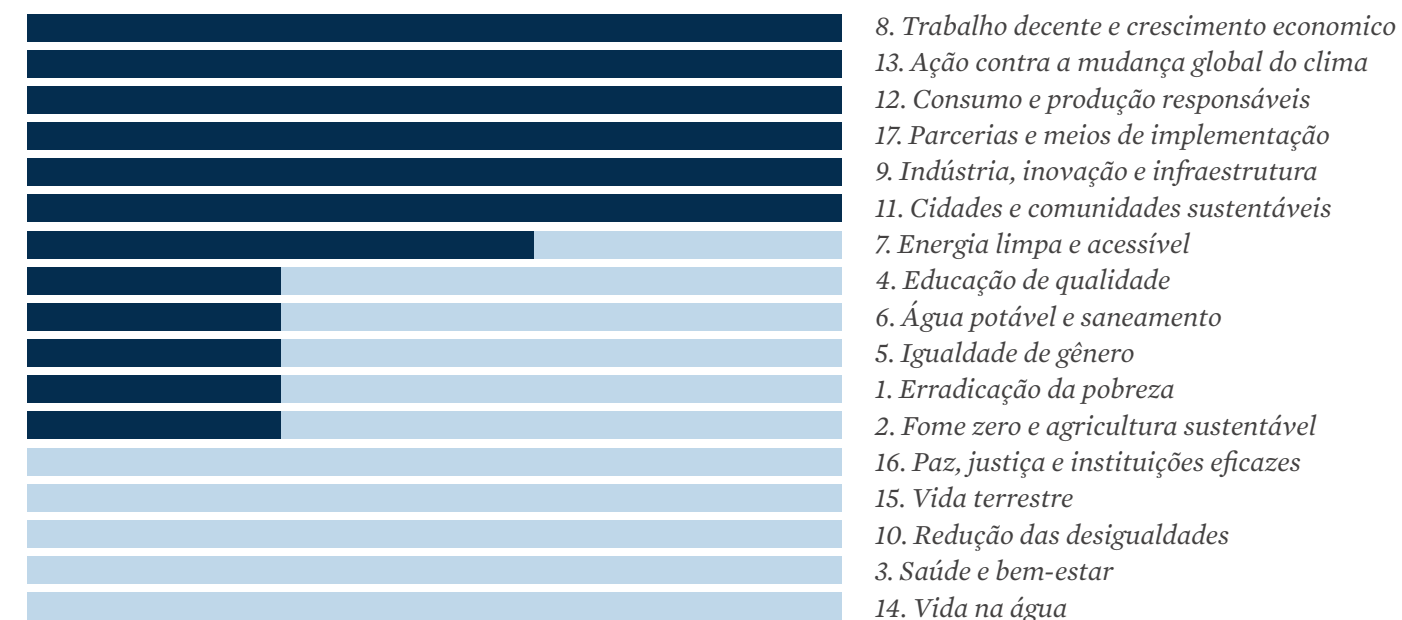
Materialidade é um princípio fundamental da sustentabilidade. Está no centro das diretrizes de engajamento AA1000 da organização Accountability e é parte indissociável das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI).

Por meio de um processo que considera as expectativas da sociedade e a estratégia da organização, a materialidade identifica os impactos relevantes do negócio de modo a guiar a estratégia, a gestão e o report das empresas.

O processo de materialidade é feito a partir de consultas aos stakeholders e identificação dos impactos do negócio. O resultado pode ser uma matriz, tendo em um eixo as expectativas da sociedade e no outro eixo a estratégia do negócio, ou uma lista de impactos.

Foco no negócio

Se já identificou os ODS, quais são os mais relevantes?



Por ser um ODS que representa a ação empresarial, incluindo conceitos como geração de renda e oferta de emprego decente, não chega a ser uma surpresa que 95% das empresas considerarem o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) como o mais relevante. É curioso, entretanto, observar que um tema relativamente novo como o risco representado pelas mudanças do clima (ODS 13) esteja tão presente na agenda do setor privado, ficando em 2º lugar.

O ODS 12 (Consumo e produção responsáveis) configurar como o terceiro mais relevante está em linha com o core business dos negócios, afinal, o setor produtivo tem um impacto direto nessas questões.

No entanto, o ODS 1 (Erradicação da pobreza) e o ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável), dois dos principais objetivos das Nações Unidas, são

considerados pouco relevantes pelas empresas pesquisadas, o que contradiz o lema dos ODS "Não deixar ninguém para trás". Por outro lado, pode-se considerar que ao focar no ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), o setor privado contribui indiretamente para o ODS 1 e o ODS 2.

Os ODS relacionados à biodiversidade (15-Vida terrestre e 14-Vida na água) se encontram entre os pouco relevantes para as empresas pesquisadas. Se considerarmos que o Brasil é o país com a maior biodiversidade do planeta, a amostra estudada revelou pouca aderência do setor privado em termos de prioridade ou relevância sobre a fauna e flora brasileiras.

O ODS 17 (Parcerias e meios de implementação) é considerado o quarto mais relevante. E é, segundo os resultados deste estudo, o maior desafio das empresas pesquisadas.

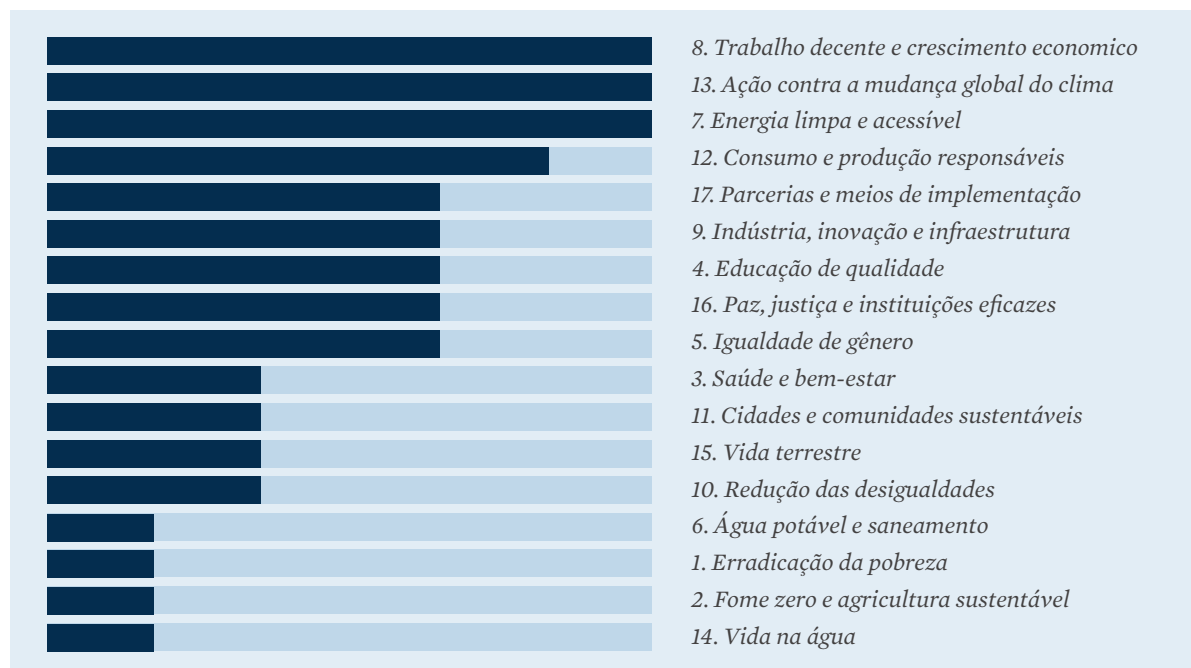
BANCOS

O setor confere a mesma importância a seis ODS (8, 13, 12, 17, 9, 11). Apenas o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) não aparece no top 6 da pesquisa geral. Os bancos não enxergam relevância para o negócio nos ODS 16, 15, 10, 3 e 14. No entanto, se entendermos que os bancos financiam o desenvolvimento, suas atividades cotidianas, como conceder ou não crédito, podem impactar esses ODS.



ENERGIA

O setor acredita que pode contribuir com todos os ODS, com destaque natural àqueles ligados diretamente ao negócio: mudanças do clima (ODS 13) e energias limpas e acessíveis (ODS 7).



Classificação dos ODS considerando o impacto (baixo / médio / alto) nas empresas e a respectiva cadeia de valor. Classificação de acordo com as oportunidades futuras.

As duas barras mostram uma correlação direta entre impacto e oportunidade. Por exemplo, "Trabalho decente e crescimento econômico" (ODS 8) e "Consumo e produção responsáveis" (ODS 12) são considerados de alto impacto pelas empresas pesquisadas, e vistos como fontes de grandes oportunidades de negócio. Do modo contrário, "Vida na água" (ODS 14) e "Redução das desigualdades" (ODS 10) são vistas como baixo impacto e poucas oportunidades.

Destaque-se que "Parcerias e meios de implementação" (ODS 17) também é avaliado como alto impacto e grande oportunidade.

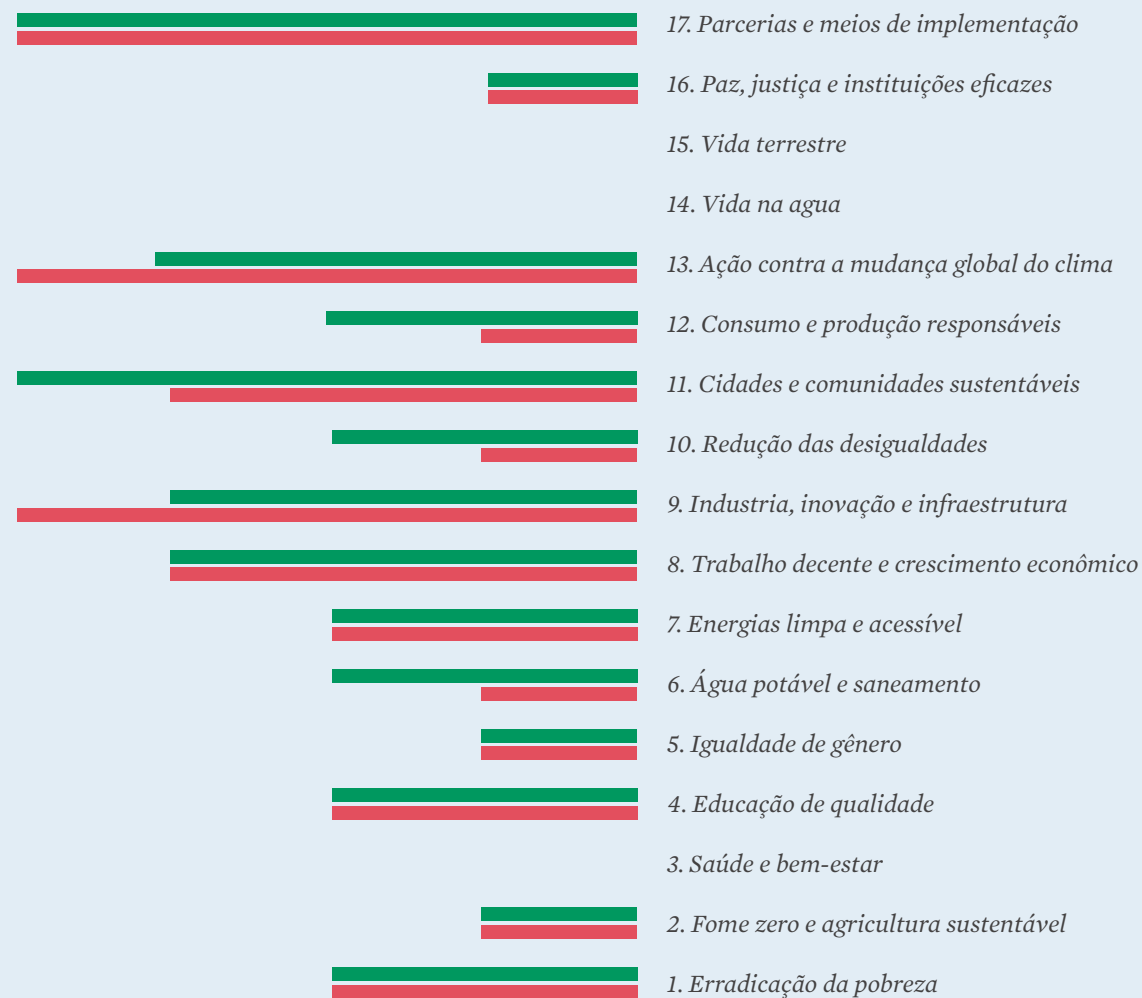


BANCOS

Os bancos consideram parcerias e meios de implementação (ODS 17) o objetivo que traz maiores impactos e maiores oportunidades.

Do ponto de vista das oportunidades, cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) supera os impactos. Por outro lado, em mudanças do clima (ODS 13) e inovação, indústria e infraestrutura (ODS 9), os impactos são vistos como maiores que as oportunidades.

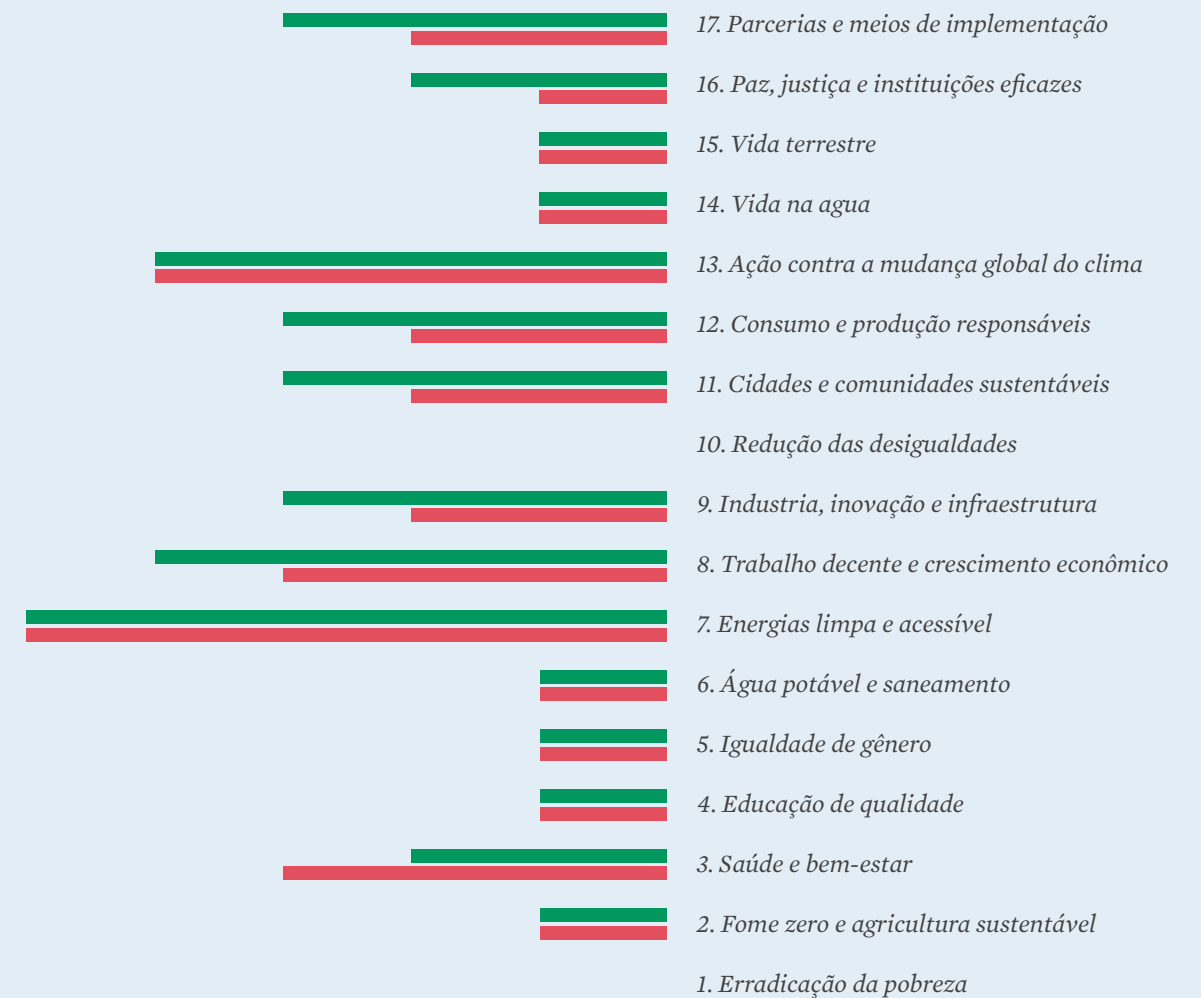
O setor não vislumbra grandes impactos nem oportunidades em biodiversidade (ODS 14 e ODS 15), apesar de o Brasil ser um dos países mais diversos do planeta.



ENERGIA

O core business das empresas corrobora o resultado. Os maiores impactos e as melhores oportunidades estão em energias limpas (ODS 7) e, logo em seguida, em mudanças do clima (ODS 13).

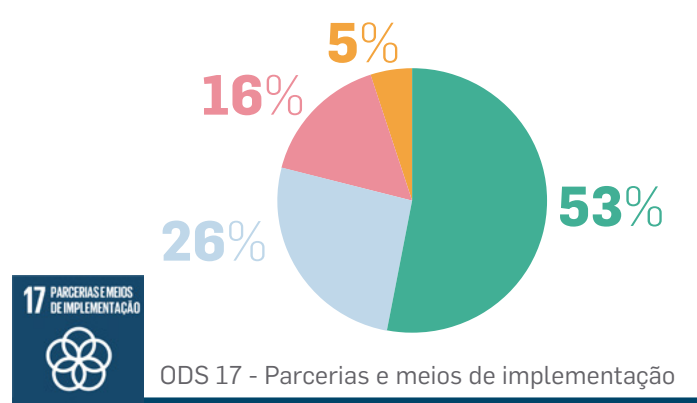
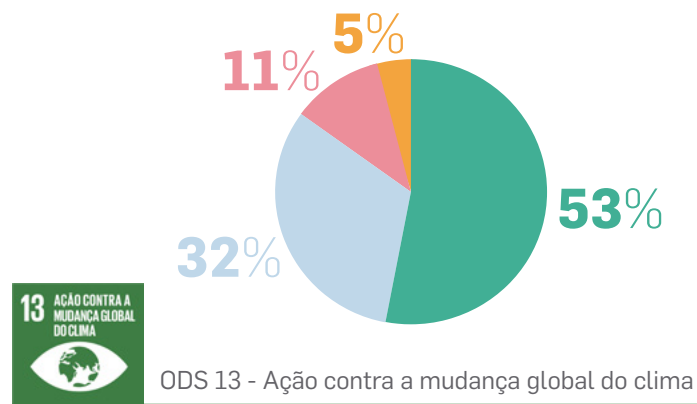
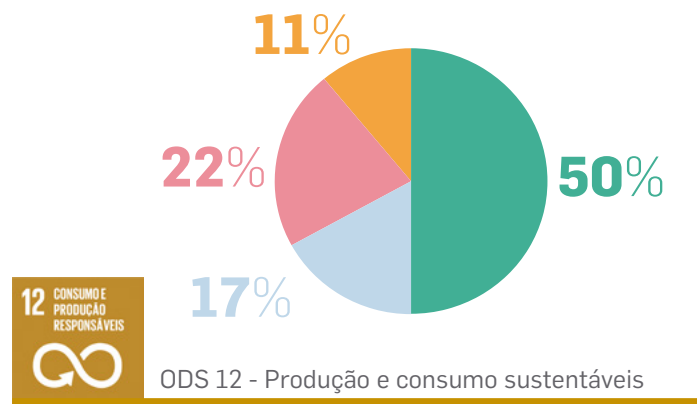
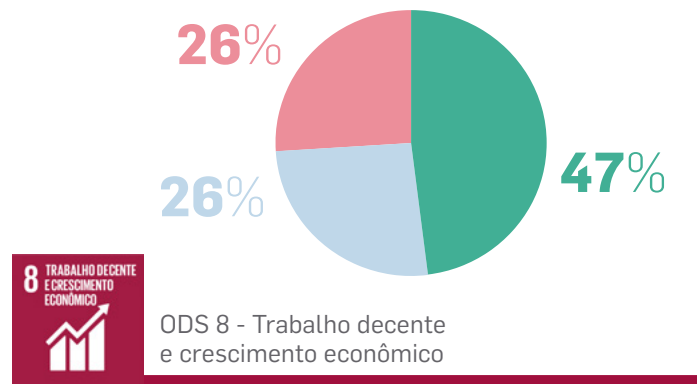
O setor não vê grandes impactos ou oportunidades em redução das desigualdades (ODS 10) e erradicação da pobreza (ODS 1). No entanto, se levar em consideração o papel que o acesso à energia desempenha em comunidades pobres ou isoladas, estes dois ODS poderiam ser avaliados como de grandes oportunidades para o setor.



Considerando os dezessete ODS, em que nível as empresas incorporam os objetivos em seus projetos socioambientais.

Os resultados, de maneira geral, corroboram os dados anteriores de relevância e de impacto versus oportunidade. As empresas pesquisadas direcionam os seus recursos para projetos vinculados às mudanças do clima (ODS 13), ao trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) e consumo e produção responsáveis (ODS 11).

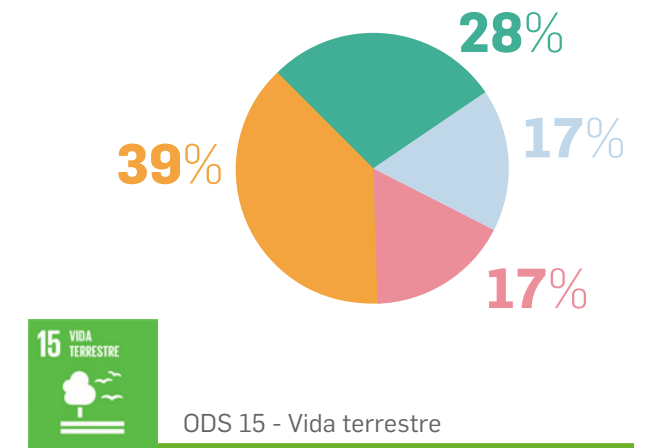
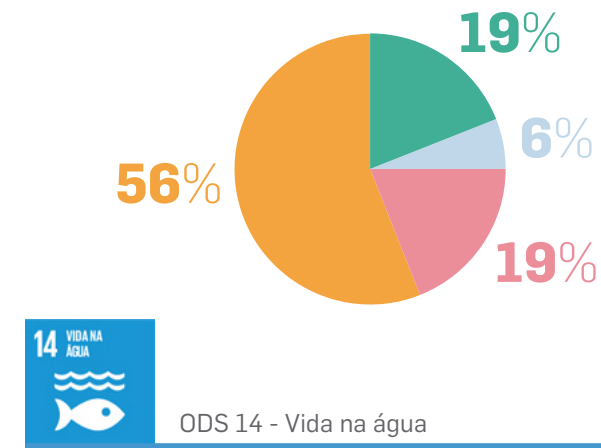
Destaca-se também que, ao lado de mudanças do clima (ODS 13), a construção de parcerias (ODS 17) recebe o maior investimento. Isso é importante se lembrarmos que o ODS 17 é transversal e catalisa os outros objetivos.



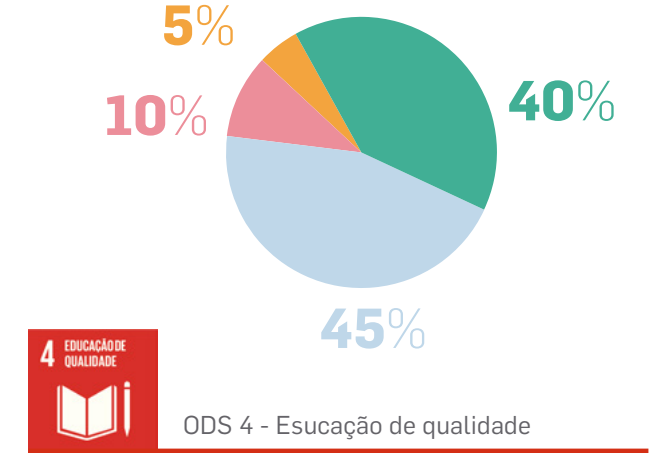
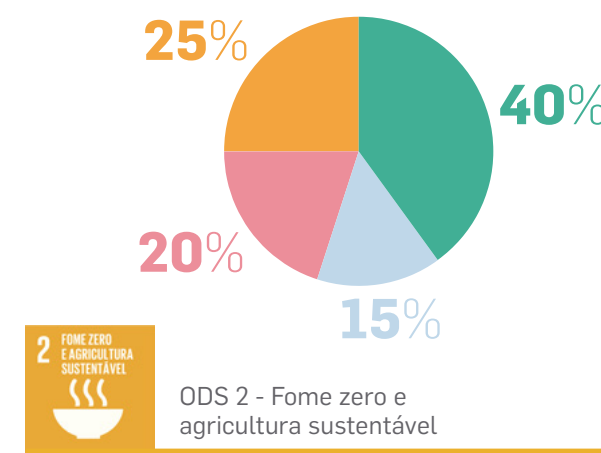
LEGENDA

- Não há projeto relacionado ao Objetivo
- Tem projeto relacionado ao Objetivo, mas o mesmo não está conectado a uma agenda pública
- Tem projeto relacionado ao objetivo e conectado a uma agenda pública, porém sem incorporar a perspectiva dos ODS
- Tem projeto relacionado ao Objetivo e incorporando à perspectiva dos ODS

Por outro lado, a biodiversidade (14-Vida na água e 15-Vida na terra) é o tema que recebe menos investimentos do setor privado.



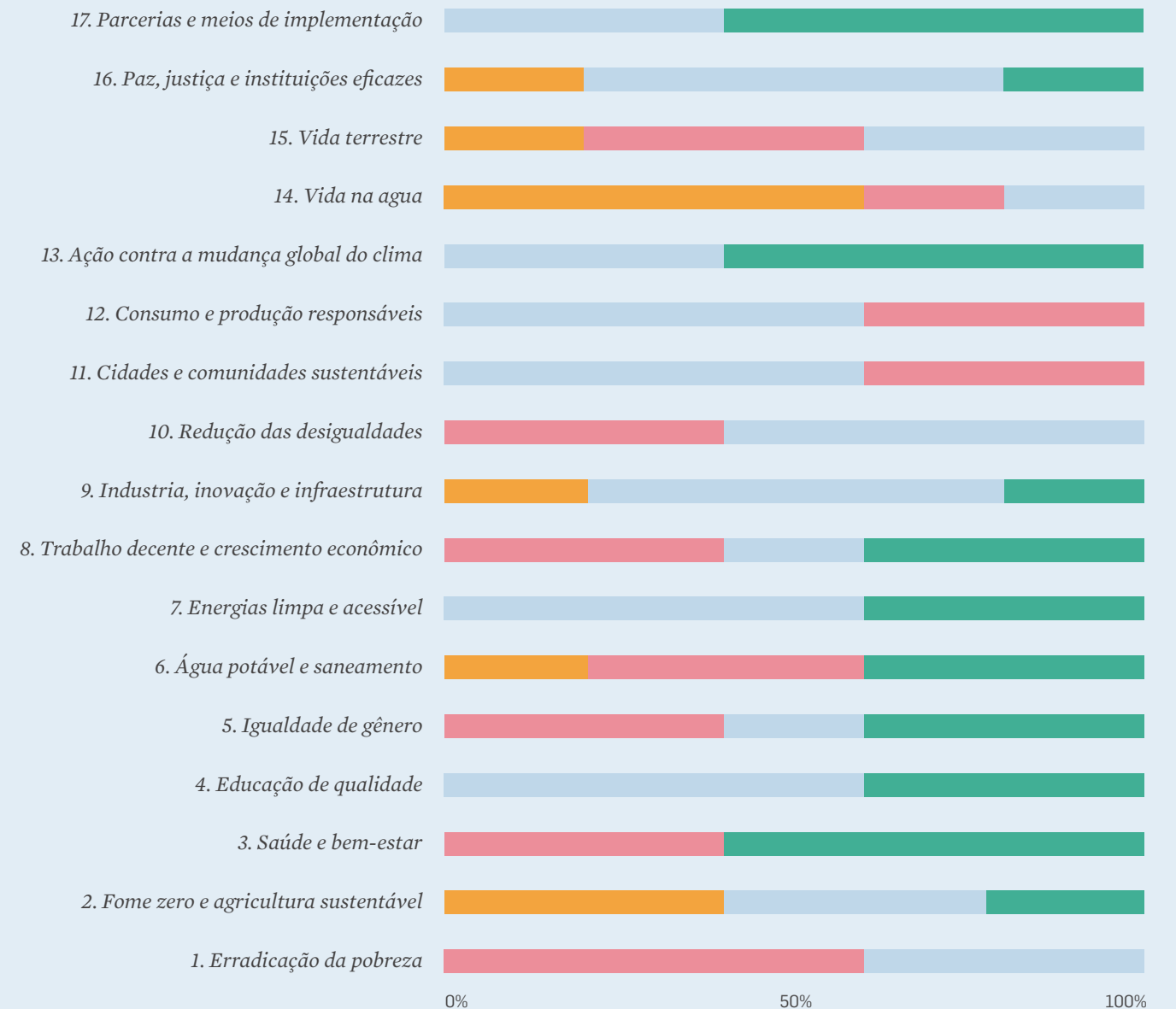
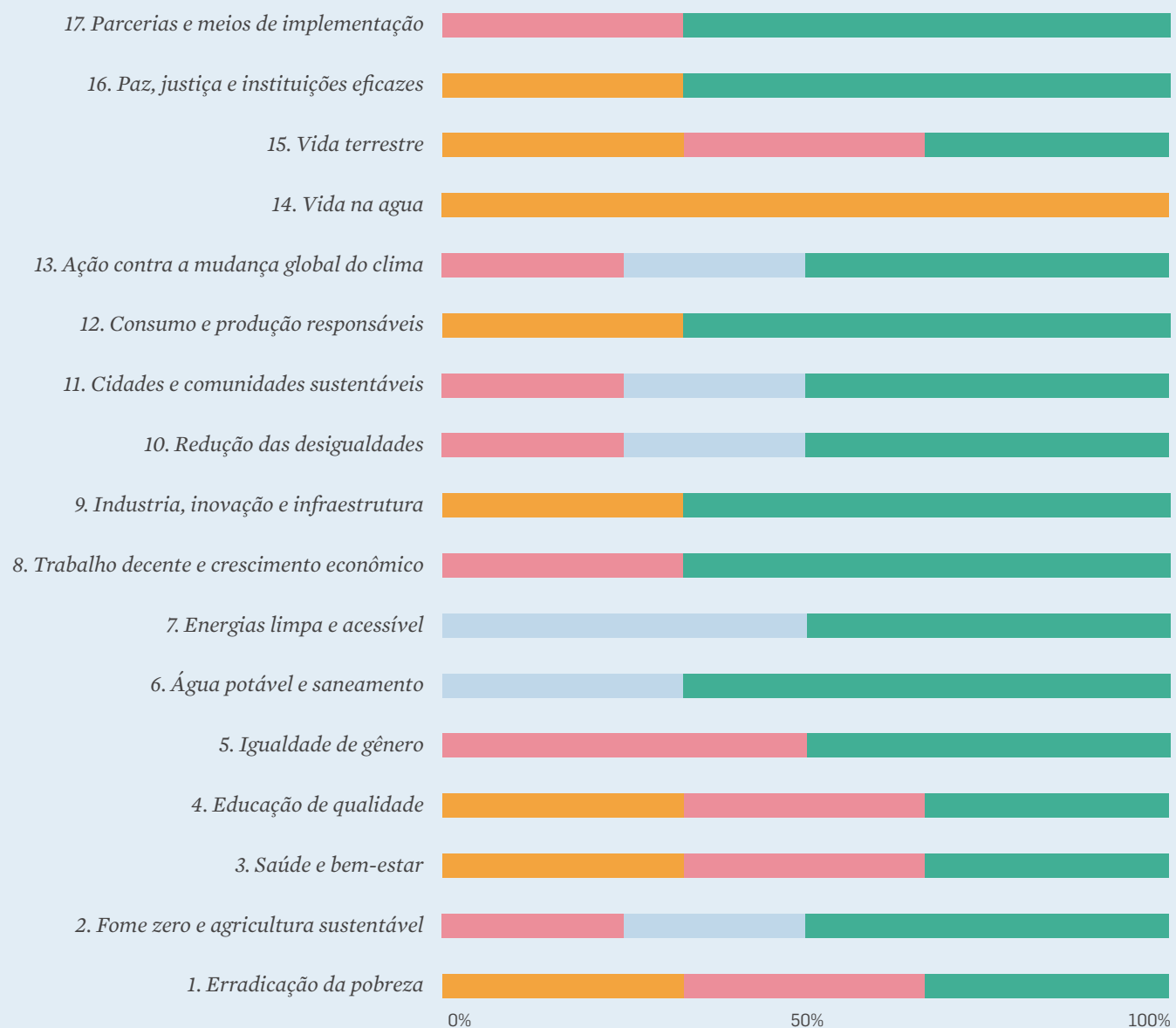
O investimento social privado ou a filantropia podem explicar a destinação de recursos para projetos de educação (ODS 4) e fome zero (ODS 2). Segundo censo do Gife (Grupo de Institutos Fundações e Empresas), 85% de um universo de 113 institutos e fundações fazem investimentos em educação.



BANCOS

A análise do gráfico abaixo mostra que os bancos focam seus projetos socioambientais principalmente em ação contra a mudança global do clima (ODS 13) água potável e saneamento (ODS 6).

Já o ODS 14 (vida na água) tem sido preterido.



ENERGIA

Os projetos socioambientais das empresas de energia incorporam principalmente os temas: mudanças do clima (ODS 13), consumo e produção responsáveis (ODS 12), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), energias limpas e acessíveis (ODS 7) e educação de qualidade (ODS 4).

No lado oposto, fica vida na água (ODS 14), que recebe menos atenção.

VOLUNTARIADO CORPORATIVO

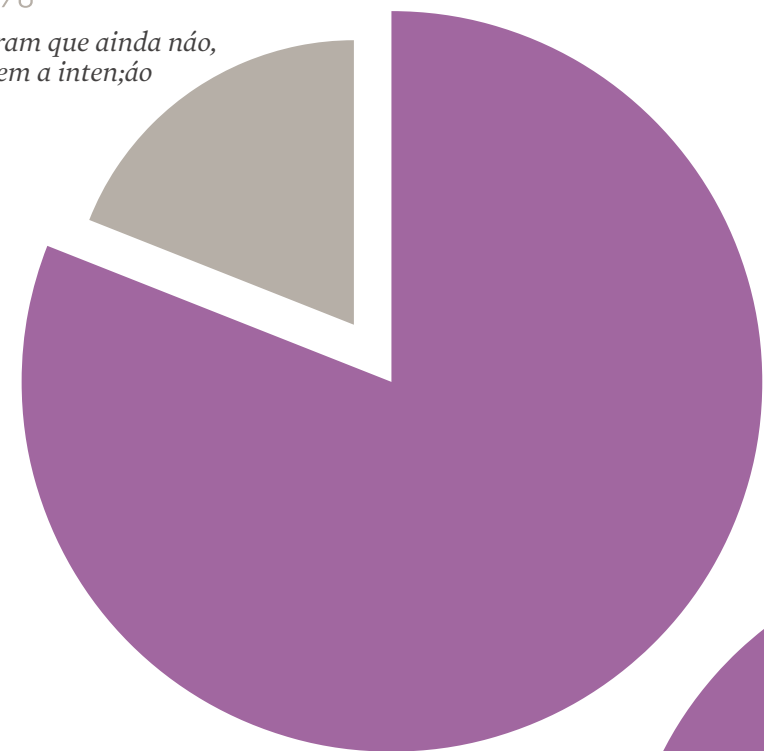
**A empresa tem programa de voluntariado corporativo?
Se sim, o voluntariado é relacionado aos ODS?**

81%

ENTRE 81% DAS EMPRESAS QUE POSSUEM PROGRAMAS DE VOLUNTARIADO, METADE DESSE UNIVERSO CORRELACIONA AS ATIVIDADES COM OS ODS.

19%

Disseram que ainda não, mas tem a intenção



81%

Disseram que SIM

47,1%

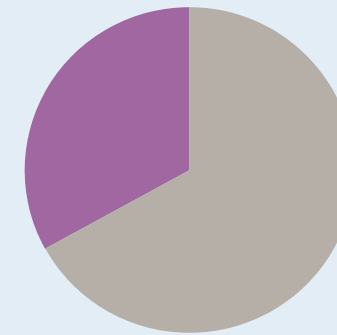
Disseram que os seus voluntariados não estão relacionados aos ODS

52,9%

Disseram que os seus voluntariados estão relacionados aos ODS

BANCOS

Setenta e cinco por cento (75%) dos bancos tem programas de voluntariado. Desse total, apenas 1/3 usa os ODS como referencial.

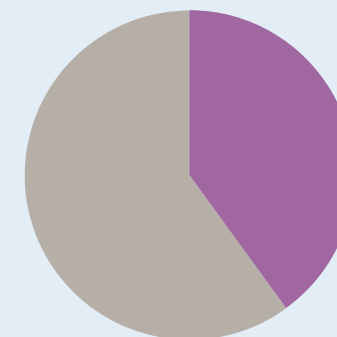


67% Disseram que os seus voluntariados não estão relacionados aos ODS

33% Disseram que os seus voluntariados estão relacionados aos ODS

ENERGIA

Todas as empresas de energia têm programas de voluntariado, mas a maioria (60%) não vincula essa atividade aos ODS.



60% Disseram que os seus voluntariados não estão relacionados aos ODS

40% Disseram que os seus voluntariados estão relacionados aos ODS

The background is a solid grey color. It features several abstract geometric elements: a large yellow spiral in the top left; a white cone of lines pointing right in the top center; a pink arc and a white circle in the top right; a network of yellow and pink dots in the top right; a pink and white vertical bar with a yellow hatched section in the middle left; a yellow triangle with a circular target-like element in the bottom left; and a grey circle with a white arc in the middle right. The text 'CONCLUSÕES' is written in large, white, bold, sans-serif capital letters, centered on the right side of the image.

CONCLUSÕES

O objetivo desta pesquisa é servir de inspiração e ferramenta para a abordagem dos ODS no ambiente corporativo. Os principais resultados foram expostos no decorrer desta publicação, mas também é importante considerar perspectivas que extrapolem esses achados.

Regional é global

O mundo cada vez mais conectado, as fronteiras cada vez mais difusas, os desafios cada vez mais comuns. Esse é o cenário no qual a batalha pelo atingimento dos ODS é disputada. Se preocupações globais e regionais se igualam, a sociedade e as organizações devem encarar como uma oportunidade (ou necessidade) trabalhar em conjunto.

O argumento se mostra evidente quando os resultados da presente pesquisa são comparados com os do estudo internacional "Making it your Business: Engaging with Development Sustainable Goals", da PwC.

As empresas brasileiras, assim como os respondentes do trabalho da PwC, identificam o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) como aquele que causa mais impactos e, ao mesmo tempo, o que gera maiores oportunidades. Em seguida, ambos os levantamentos mostram as preocupações comuns com as mudanças do clima.

Quando se examina os ODS que menos atenção recebem, as duas pesquisas se igualam: erradicação da pobreza (ODS 1), redução das desigualdades (ODS 10) e vida abaixo da água (ODS 14).

Quando se comparam os resultados do estudo "The 2016 Global Opportunity", trabalho decente e crescimento econômico (ODS 8) continua a ser o de maior impacto e maior oportunidade. E dois dos mais relegados são: reduzir as desigualdades (ODS 10) e vida abaixo da água (ODS 14).

O estudo "The 2016 Global Opportunity" foi realizado pela DNV-GL, UN Global Compact e MondayMorning – Global Institute, e contou com a participação de mais de cem especialistas. A pesquisa da PwC reuniu respostas de 986 empresas e 2015 pessoas.

ODS como negócio

O caminho para o atingimento dos ODS passa necessariamente pela atuação do setor privado, capaz de investir seus recursos humanos e financeiros para o enfrentamento de tamanho desafio.

As empresas precisam se dar conta do mundo de oportunidades que se abre com os ODS se tornando direcionadores de políticas públicas. Empreendedores e intraempreendedores têm a capacidade de enxergar oportunidades nos desafios e de agir de forma rápida e pragmática sobre eles.

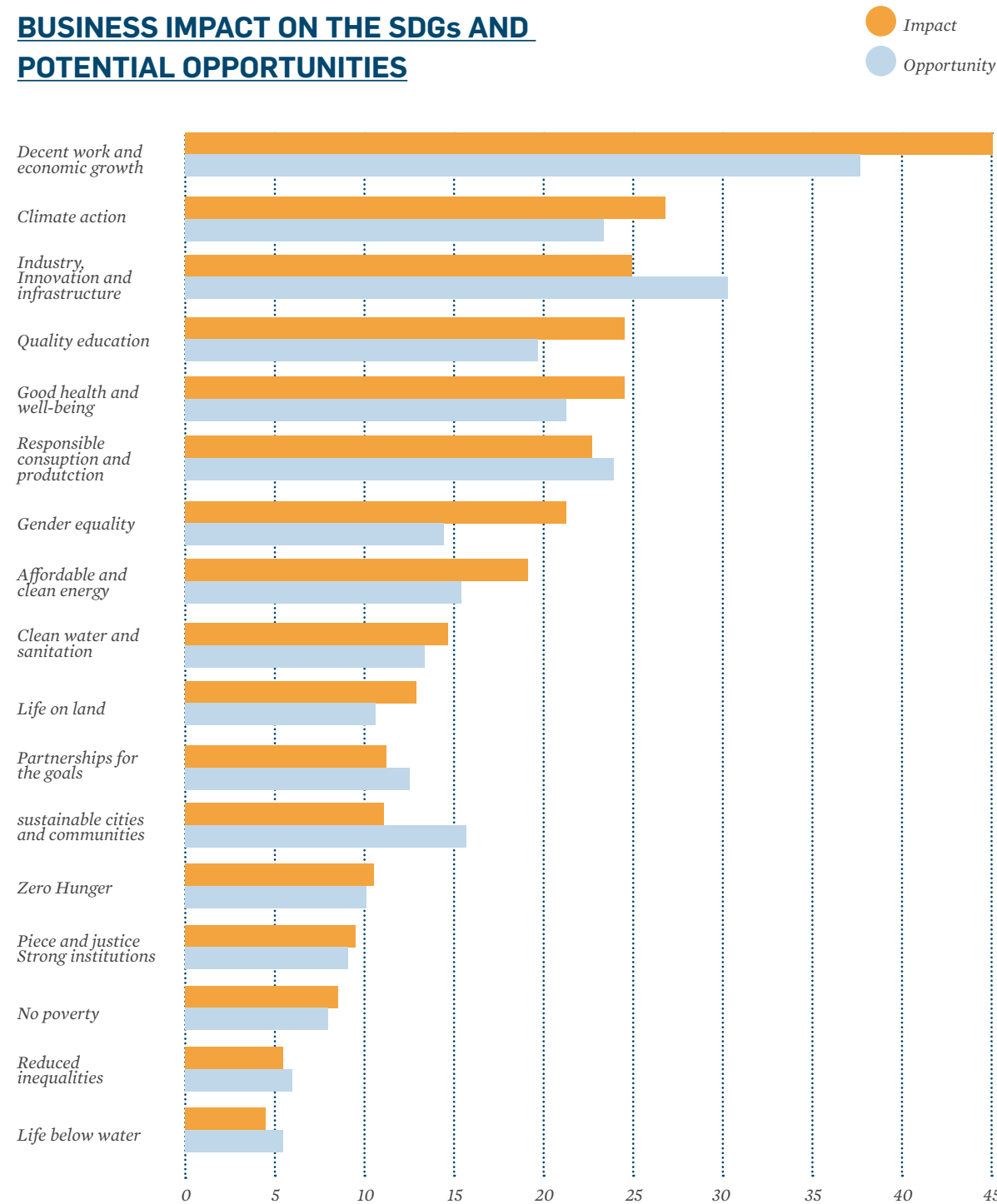


Segundo o resultado desta pesquisa, "investir em um ambiente propício de negócios" e "identificar oportunidades de negócios futuros" foi pontuado pelas 21 empresas, na média, como itens importantes. No entanto as principais motivações ainda são as questões de comunicação corporativa e com stakeholders. É importante observar que já está entendido pelo universo de empresas pesquisadas que, além de propor uma linguagem comum na comunicação para as empresas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem se tornar o

norte das estratégias corporativas contribuindo para a inovação em produtos e serviços e para a abertura de novos mercados.

Essas empresas visionárias transformarão seus modelos de atuação para incluir elementos de uma economia verde e inclusiva, bem como desenvolverão seus negócios por meio de cooperação e parcerias. O mundo dos negócios muitas vezes é capaz de combinar conceitos aparentemente concorrentes e gerar resultados surpreendentes.

BUSINESS IMPACT ON THE SDGs AND POTENTIAL OPPORTUNITIES



SOURCE: PWC SDG Engagement Survey, 2015

A pobreza é o desafio

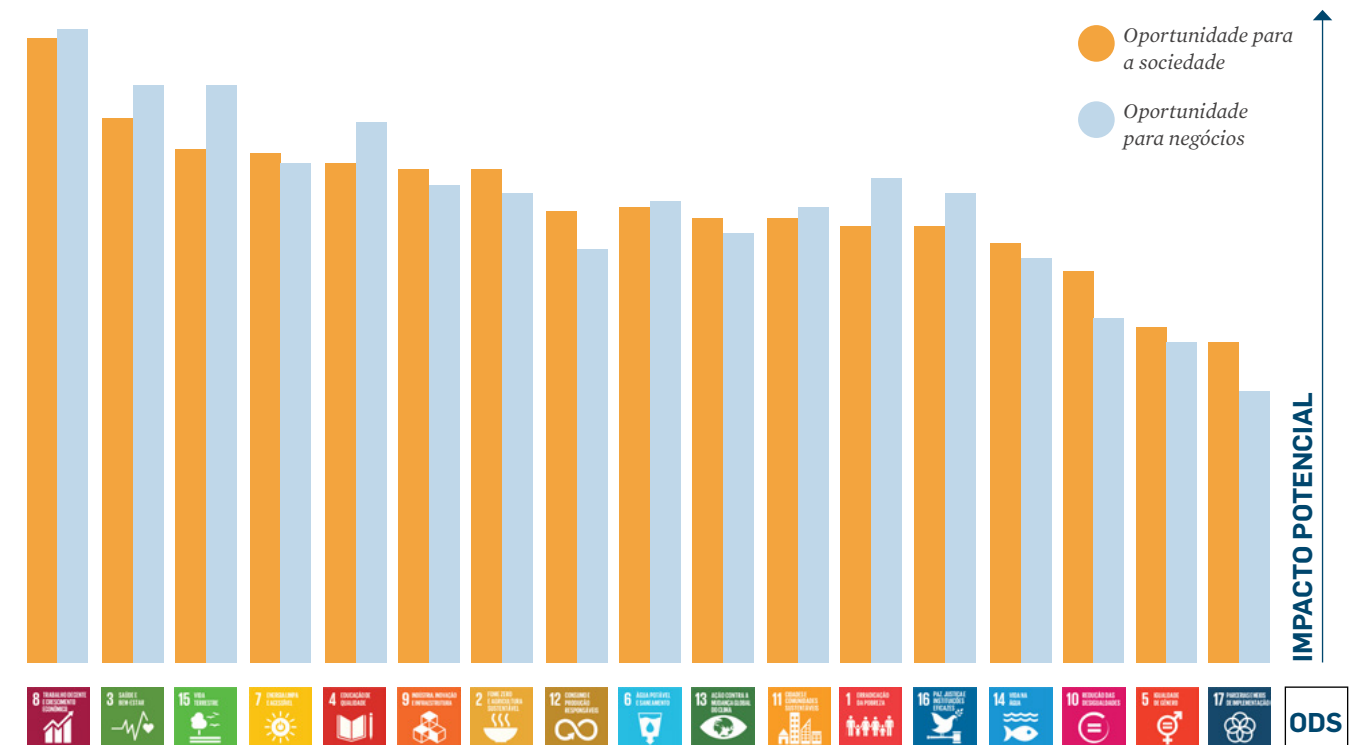
Há um reconhecimento crescente do papel que o setor privado desempenha na luta contra a pobreza. Além de impulsionar a inovação e buscar a eficiência, as empresas contribuem de maneira indiscutível com a geração de empregos e no fomento ao crescimento econômico.

Combater a pobreza, no entanto, é um objetivo complexo e entrelaçado com outros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pois a pobreza tem várias dimensões. Por vezes, se manifesta no acesso a serviços de saúde e à educação de qualidade. Muitas vezes, inclui questões como água e saneamento, igualdade de gênero, mudanças climáticas, biodiversidade e paz e estabilidade. Além disso, a erradicação da pobreza requer mais energia e melhores infraestruturas. De certa maneira, todas essas frentes passam pela atividade empresarial.

Embora os pobres do mundo se concentrem agora na África Subsaariana e em partes do Sul da Ásia, os benefícios da prosperidade em muitos países foram compartilhados de forma desigual.

Outro fator a se considerar é a urgência do tema. Desemprego e pobreza estão no topo das preocupações mais prementes do mundo e, em especial, do Brasil. Combater esses dois problemas é fundamental para o bem-estar geral da economia, da sociedade e das pessoas.

O cenário pede mais uma vez que o setor privado desempenhe seu papel de proporcionar trabalho descente para uma população mundial que chega à casa dos seis bilhões de habitantes, bem como o de promover o crescimento econômico mais inclusivo.



IMPACTO POTENCIAL



ODS

A biodiversidade é a oportunidade não escolhida

Todo ano o Fórum Econômico Mundial consulta os líderes empresariais sobre quais seriam os maiores riscos para seus negócios sob a perspectiva do impacto e da probabilidade de acontecer. Segundo eles, a biodiversidade é um fator que pode ser disruptivo para as empresas.

No entanto, a presente pesquisa constatou que a biodiversidade está fora do radar das empresas participantes. O setor não vislumbra grandes impactos nem oportunidades no ODS 14 (Vida sobre a água) e no ODS 15 (Vida sobre a terra), apesar de o Brasil ser um dos países mais diversos do planeta. Pode-se argumentar que a biodiversidade esteja fora do core business das empresas pesquisadas. Por outro lado, a biodiversidade está direta ou indiretamente presente em boa parte das cadeias produtivas.

Um risco global pode ser encarado como uma oportunidade para as empresas brasileiras, que, por meio da lógica dos negócios, podem proteger, restaurar e promover a utilização sustentável de ecossistemas terrestres e marinhos, manter florestas, combater a desertificação e reverter a degradação do solo.

O potencial da biodiversidade brasileira já é parcialmente aproveitado. Segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, a agroindústria responde por cerca de 40% do PIB brasileiro; o setor florestal, por 4%; e o pesqueiro, por 1%. As atividades de extrativismo florestal e pesqueiro empregam mais de três milhões de pessoas. A biomassa vegetal, incluindo o etanol da cana-de-açúcar, e a lenha e o carvão derivados de florestas nativas e plantadas também contribuem para a matriz energética nacional. Além disso, há o desenvolvimento de biotecnologias, um setor baseado em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

As oportunidades em biodiversidade demandam urgência. Até 2020, quando devem ser atingidas as Metas de Aichi da Convenção da Diversidade

Biológica (CDB), o mundo poderá testemunhar um declínio de dois terços das populações globais de vida silvestre em apenas meio século. Essa pressão impacta significativamente o desenvolvimento sustentável e aumenta o risco de uma crise humanitária, envolvendo um menor acesso a alimentos e água limpa.

De acordo com o relatório da WWF Living Planet Report 2016, um dos meios de reverter o processo de destruição da biodiversidade é otimizar a produtividade pela diversificação de fazendas e cultivos na paisagem rural, estimulando a interação de diferentes espécies, construindo assim um sistema saudável, assegurando populações e protegendo sistemas naturais. Outro meio é direcionar os fluxos financeiros para ecossistemas sustentáveis visando preservar o capital natural e promover mercados resilientes e sustentáveis.

Uma visão sobre o setor bancário

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Os investimentos do setor bancário em tecnologia no Brasil seguem o ritmo mundial. Segundo a pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária 2015, o setor é o segundo que mais investe em tecnologia, atrás somente do setor público. Esse investimento impacta diretamente no ODS 12 (consumo responsável), tendo em vista a consolidação dos canais digitais no mercado, permitindo não somente a facilidade de utilização pelos clientes, mas como potencializando a comunicação entre banco e clientes sobre a responsabilidade financeira. Com mais informação e serviços disponíveis, o Brasil registrou pela primeira vez em 2015 mais transações bancárias via Internet ou Mobile Banking do que as outras formas de atendimento disponíveis, contribuindo para a redução do uso de agências físicas. Investir continuamente em Internet e acesso Mobile melhora a mobilidade em cidades e reduz as emissões de gases nos meios urbanos, contribuindo com o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis).

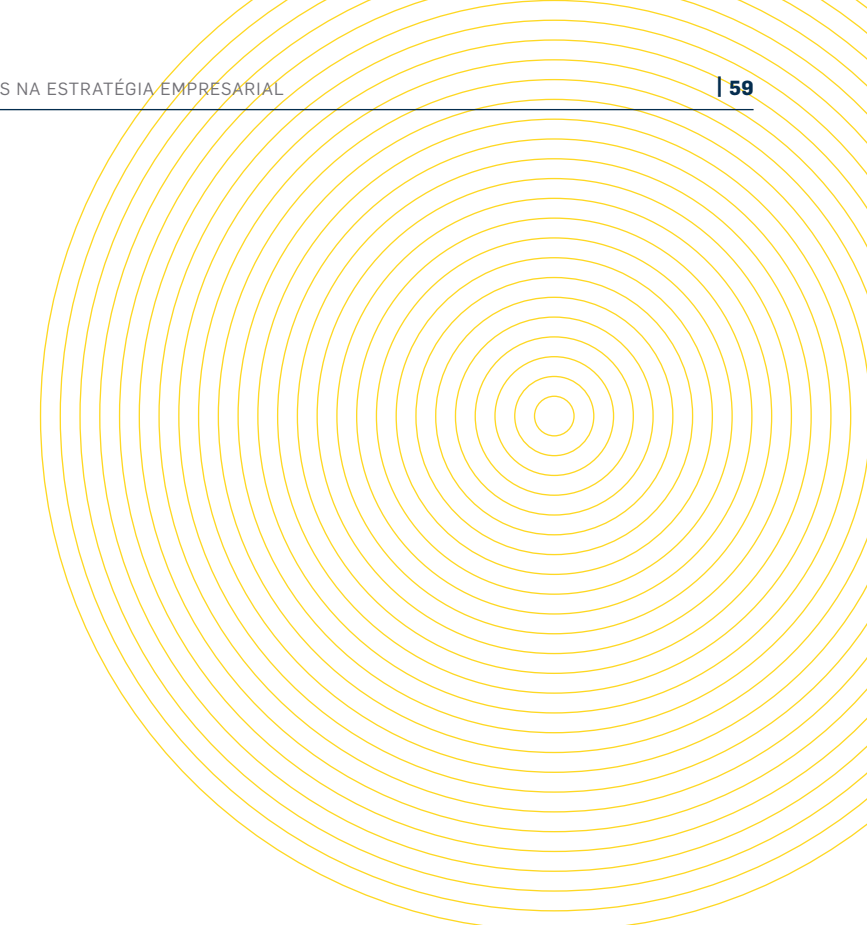
CRESCIMENTO ECONÔMICO COM CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Conciliar, dentro do sistema financeiro, crescimento econômico com conservação ambiental. Esse é o objetivo da emissão de títulos verdes, títulos de renda fixa usados para captar recursos no sentido de implantar ou refinar projetos ou ativos que tenham atributos positivos do ponto de vista ambiental, especialmente climático. Os títulos representam um instrumento financeiro importante para estimular o desenvolvimento sustentável, contribuindo diretamente para os ODS 13 (mudanças do clima), ODS 14 (vida debaixo da água) e ODS 15 (vida sobre a terra). O Guia para emissão de títulos verdes no Brasil (Febraban 2016) aponta uma série de vantagens para o emissor e o investidor, além de quais atividades são elegíveis para projetos de financiamento com títulos verdes.

Segundo os resultados apresentados neste documento, o setor bancário entende que o ODS 13 (mudanças do clima) traz grandes impactos, mas também é um gerador de grandes oportunidades. E estas oportunidades já existem no mercado para que o setor possa atuar de maneira ativa, que são os títulos verdes e a regulamentação dos créditos de carbono.

CRÉDITO E BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Segundo um estudo do GVCes encomendado pela Febraban, serão necessários investimentos da ordem de R\$ 197 bilhões para transformar as atuais práticas agrícolas em práticas de baixo carbono. Tendo isso em vista a implementação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura - Plano ABC -, que disponibiliza linhas de crédito para produtores rurais adotarem tecnologias de produção sustentáveis, contribui para o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável). O esforço vai no sentido de buscar por produção de alimentos que atenda às necessidades de uma população mundial crescente. No entanto, em direção oposta, pelo resultado apresentado neste documento, o ODS 2 não é visto pelo setor bancário como impacto e nem como oportunidades para as empresas pesquisadas.



Uma visão sobre o setor de energia

O setor de energia pontuou os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima) e ODS 7 (Energias limpa e acessível) como os mais relevantes para o negócio. Dado o papel do setor, naturalmente os ODS 13 e ODS 7 são reconhecidos como de grandes impactos e oportunidades. Mudança climática e acesso a energias limpas estão no foco das empresas de energia presentes nesta pesquisa. Energia renovável para combater as mudanças do clima

Os setores, tanto privado como público, têm se mobilizado para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas. Em 2015, durante a COP de Paris, 195 países chegaram em um acordo limitando o aumento da temperatura média do planeta, e fixando um teto para emissões de GEE. Nesse mesmo ano, o Brasil entregou a sua iNDC (Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada) ao secretariado das Nações Unidas com o compromisso de que as emissões totais do país em 2025 sejam 37%

inferiores às emissões de 2005. O compromisso engloba o setor de produção e uso da energia, no qual a participação da bioenergia deve ser aumentada para 18%, assim como o da participação de energias renováveis para 45% na matriz energética até 2030. Também é esperada a expansão de 28% para 33% até 2030 no uso de fontes renováveis, assim como obtenção 10% de ganhos em eficiência do setor.

Tais compromissos corroboram com a oportunidade de expansão de fontes renováveis na geração de energia para cumprir o desafio de manter uma alta proporção de renováveis na matriz, frente ao crescimento econômico projetado até 2030. Espera-se que para alcançar esses objetivos, o governo realize incentivos importantes para o setor privado, o que gerará oportunidades para manter as empresas possam contribuir de maneira efetiva no atingimento das ODS 8 e 13.

INVESTIMENTOS JÁ INICIARAM

Segundo o relatório "Tendências Globais em Investimentos em Energias Renováveis 2016", do PNUD, o Brasil investiu 7,1 bilhões de dólares em energia renovável (10% a menos que em 2015) permanecendo entre os top 3 entre os países em desenvolvimento (China, Índia e Brasil). Isso significa que as empresas do setor de geração estão no caminho correto frente aos desafios impostos e possuem perspectivas favoráveis para o alcance dos ODS 7 e 13.

Green Bonds, ou Títulos Verdes, têm se apresentado como uma opção ao setor energético para expansão em energias renováveis. O aumento da demanda por títulos verdes por investidores tem aumentado exponencialmente, pois apostar em títulos verdes confere assertividade por parte do investidor na aplicação por projetos que estejam de fato contribuindo para o alcance de metas ambientais globais. O mercado de Títulos Verdes rotulados movimentou 118 bilhões de dólares até junho de 2016, representando um crescimento de 11% em relação a 2015. De acordo com o relatório "State of The Market 2016 da Climate Bonds

Initiative", 18,8% de todos os títulos emitidos pela certificação Climate Bond Standard foram em energia (sendo que eólica e solar representam 30%), perdendo somente para o setor de transportes.

É estimado que, para 2017, sejam emitidos 130 bilhões de dólares em títulos verdes, conferindo crescimento de oportunidades de captação de investidores para o setor de energia renovável.

Interessante notar que o tema de títulos verdes é transversal, e gera oportunidades para endereçar os ODS 8 e 13, tanto para o setor de energia como para o setor bancário.

FALHAR NÃO É UMA OPÇÃO

O estudo "The Future of Spaceship Earth", no qual são avaliadas as capacidades dos países de cumprir com o alcance dos ODS, o bloco chamado BRISE (BRICs exceto China) provavelmente não deve alcançar os ODS 7 e 13 até 2030. O desafio de energia limpa e acessível deve apresentar um gap de 50%; já a ação contra a mudança do clima ficará em menos da metade das metas.

Anexo

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas Metas

AS 169 METAS DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)



1) Erradicação da pobreza

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para

todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.A Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.B Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

2) Erradicação da fome

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

2.A Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.B Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

2.C Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos



3) Saúde de qualidade

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.A Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

3.B Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

3.C Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

3.D Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde

profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

4.A Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

4.B Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.C Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento



4) Educação de qualidade

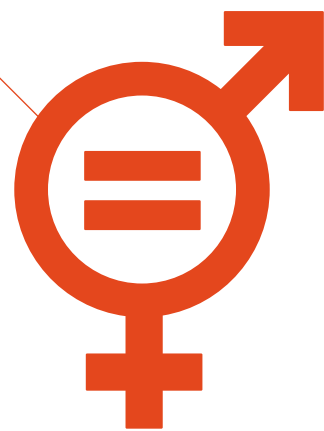
4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação

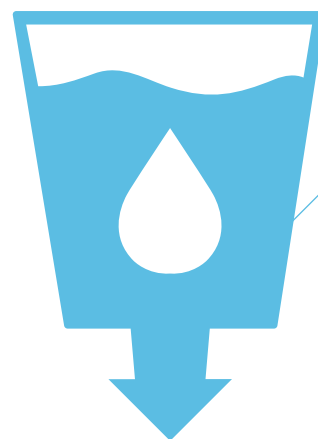


5) Igualdade de gênero

- 5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
- 5.2** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- 5.3** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
- 5.4** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
- 5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
- 5.6** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o

Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

- 5.A** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
- 5.B** Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
- 5.C** Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

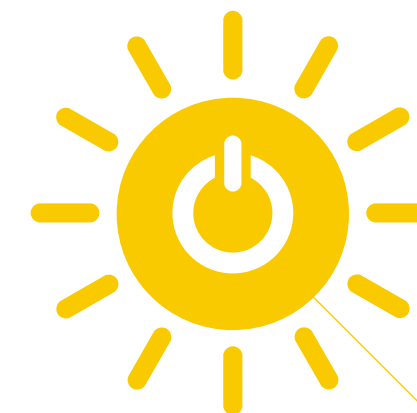


6) Água limpa e saneamento

- 6.1** Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos
- 6.2** Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos,

e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

- 6.3** Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente
- 6.4** Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
- 6.5** Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
- 6.6** Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos
- 6.A** Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso
- 6.B** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento



7) Energias renováveis

- 7.1** Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
- 7.2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
- 7.3** Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética
- 7.A** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa
- 7.B** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio



8) Empregos dignos e crescimento econômico

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo

Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.A Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.B Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

9) Inovação e infraestrutura

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

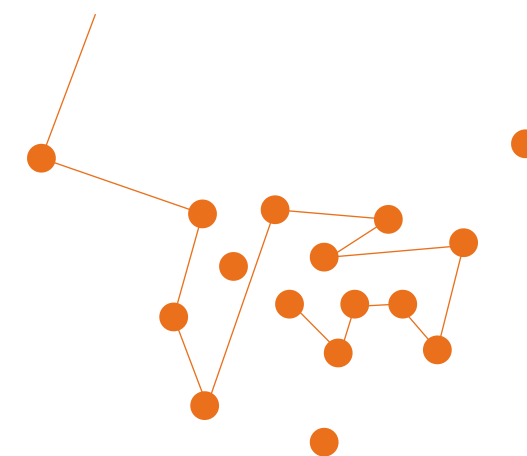
9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

9.A Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

9.B Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities

9.C Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020



10) Redução das desigualdades

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

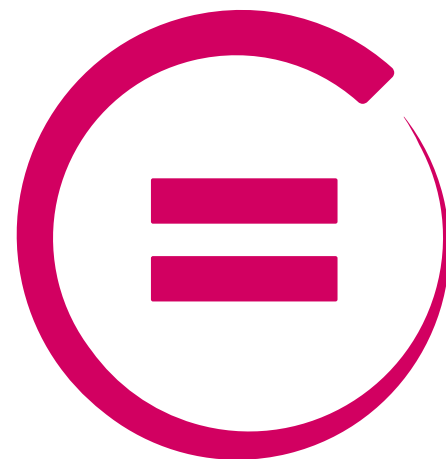
10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

10.A Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC

10.B Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

10.C Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%



11) Cidades e comunidades sustentáveis

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.A Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento



11.B Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.C Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais



12) Consumo responsável

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.A Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

12.B Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.C Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas

13) Combate às mudanças climáticas

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

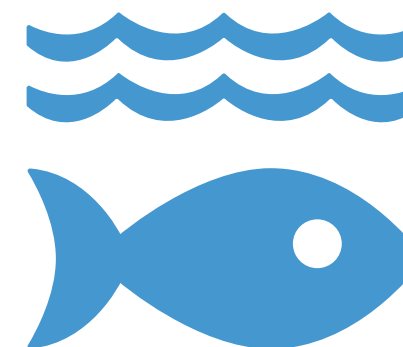
13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

13.A Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

13.B Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.



14) Vida debaixo da água

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuem para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.A Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.B Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14.C Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"

15) Vida sobre a terra

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas

15.A Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.B Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.C Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável



16) Paz e justiça

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

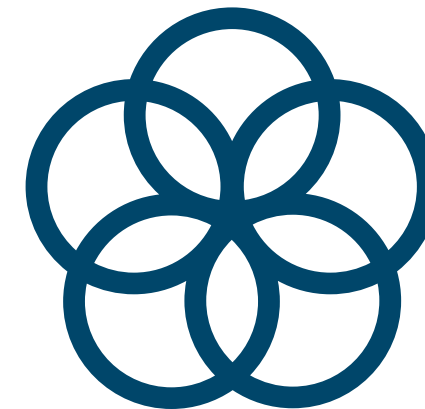
16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.A Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.B Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável



17) Parcerias pelas metas

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas

destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos Tecnologia

17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

CAPACITAÇÃO

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

COMÉRCIO

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

QUESTÕES SISTÊMICAS**COERÊNCIA DE POLÍTICAS E INSTITUCIONAL**

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

AS PARCERIAS MULTISSETORIAIS

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

DADOS, MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Anexo

Referências

SITES E FERRAMENTAS DE APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES

Rede Brasil do Pacto Global

<http://www.pactoglobal.org.br/>

Nações Unidas no Brasil (ONU BR)

<https://nacoesunidas.org/pos2015/>

SDG Compass – Diretrizes para implantação dos ODS na estratégia de negócios

<http://cebds.org/wp-content/uploads/2015/11/Guia-dos-ODS.pdf>

MDG Monitor

<http://www.mdgmonitor.org/sustainable-development-goals/>

Sustainable Development Knowledge Platform

<https://sustainabledevelopment.un.org/>

Negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015: elementos orientadores da posição brasileira

http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf

SDG Industry Matrix

<https://www.unglobalcompact.org/library/3111>

The Future of Spaceship Earth (DNV GL, Pacto Global e MondayMorning – Global Institute)

<https://www.dnvgl.com/technology-innovation/spaceship-earth/>

Make it your business: Engaging with the Sustainable Development Goals (PWC)

https://www.pwc.com/gx/en/sustainability/SDG/SDG_Research_FINAL.pdf

Global Opportunity Report 2016

<http://globalopportunitynetwork.org/the-2016-global-opportunity-report.pdf>

Questionário do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, Dimensão Geral

<http://isebvmf.com.br/index.php?r=site/conteudo&id=107>

Benchmarking do Investimento Social Corporativo (BISC)

<http://comunitas.org/bisc/>

Sistema Financeiro Nacional e a Economia Verde (GVCes e Febraban)

http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/1_febraban_portugues_ev.pdf

Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária (Febraban, Deloitte)

https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Relatorio_Pesquisa_FEBRABAN_de_Tecnologia_Banc%C3%A1ria_2015.pdf

Guia para a Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban Cebds)

https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Guia_emissao_titulos_verdes_PORT.pdf

WWF Living Planet Report 2016

http://awsassets.panda.org/downloads/lpr_living_planet_report_2016_summary.pdf

Metas de Aichi da Convenção da Diversidade Biológica (CDB)

<https://www.cbd.int/sp/targets/>

Brasil em Síntese, IBGE

<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/>

Global Footprint Network

<http://www.footprintnetwork.org/>

State of The Market 2016 - Climate Bonds Initiative

<https://www.climatebonds.net/files/files/reports/cbi-hsbc-state-of-the-market-2016.pdf>






Rede Brasil

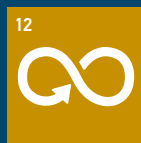


*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

www.pactoglobal.org.br
www.unglobalcompact.org

 /pactoglobalbr

 @pactoglobalBR



Esta publicação da Rede Brasil do Pacto Global
contribui para o cumprimento do
Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12